

# alavanca

CGTP-IN

## 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL



# POPULARES LIVRARIAS



## AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA  
Rua Raícha D. Amêria, 76-80 - ANGRA DO HEROISMO  
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA  
Rua Mendiz 89 - BEJA  
COIMBRA: INTERLIVRO  
Terraceira da Evra, 6 - COIMBRA  
ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARIACA  
Rua Arcadeira de São: 13 - ÉVORA  
FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO  
Rua 1.ª de Dezembro, 13 - FARO  
LISBOA: INTERLIVRO  
Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1  
LIVRARIA -> distri-  
Rua do Sáculo, 80 - LISBOA 2  
CDL  
Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1  
OLIVAS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAS  
Rua Cidade de Quilimane, 3-C - OLIVAS SUL  
MARINHA GRANDE: LIVRARIA 18 DE JANEIRO  
Rua António Campos Junior, 16 - MARINHA GRANDE  
PORTO: LIVRARIA AVANTE  
Rua de Aviz, 26 - PORTO  
SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO  
Rua Pedro de Barilhem, 41 - SANTARÉM  
SETÚBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO  
Avenida de Angola, 29-A - SETÚBAL  
VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA  
Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO  
V. FRANCA DE XIRA: LIVRARIA SOEIRO FERREIRA GOMES  
Rua Serpa Pinto, 77 - VILA FRANCA DE XIRA  
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA  
Avenida Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - LISBOA 1

## ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ● LIVROS  
ESCOLARES ● DISCOS ● CASSETTES ● ARTESANATO  
● POSTERS ● SELOS ● MEDALHAS ● JOGOS  
● BRINQUEDOS



visite  
as

POPULARES  
LIVRARIAS CDL

## Leia neste número:

1.ª Conferência Nacional  
de Organização Sindical



CGTP-IN apela  
para a solidariedade  
com as vítimas  
do mau tempo



Solidariedade  
com o  
Vietname!

# alavanca

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL  
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES  
— INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vitor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



8 de Março:  
Dia Internacional  
da Mulher



Que futuro para  
os jovens  
portugueses?

REDACÇÃO  
E ADMINISTRAÇÃO:

RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º  
LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO  
NA RENASCENÇA GRÁFICA: SARI  
RUA LUZ SORIANO, 44  
LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL — CENTRO DISTRIBUIDORA  
LIVREIRA

Em directo com os leitores .....	4
Editorial .....	5
Notícias e comentários .....	6
Conflitos laborais .....	8
Orçamento Geral do Estado Que redistribuição de riqueza? .....	10
Limitação dos aumentos salariais O «pacto social» por decreto não passará .....	14
Campanha de Fundos da CGTP-IN Uma batalha sindical e política .....	16
A CGTP-IN e o Mundo .....	18
Solidariedade como Vietnam .....	19
Que futuro para os jovens portugueses? .....	20
8 de Março: Dia Internacional da Mulher .....	21
Grupos de teatro independente .....	22
Cinema: filme e ideologia .....	23
Artes plásticas .....	24
Do desporto corporativo ao desporto dos trabalhadores .....	25
Passatempo .....	26

«ALAVANCA» — caderno especial: Tudo sobre a 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical

## Condições de assinatura

Continente	— Anual (12 números)	165\$00
	— Semestre (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	— Anual (12 números)	260\$00
	— Semestral, (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	— Anual (12 números)	500\$00
	— Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses  
— Intersindical Nacional — Rua Vitor Cordon, n.º 1 - 2.º — LISBOA

## Em directo com os leitores

**Matias de Oliveira**  
— Faro

Diz-nos que as grandes cheias, que tantos dramas e tragédias originaram no nosso país, não são somente da responsabilidade da natureza. Que «os homens — os que têm (des)governado este País de Abril à beira-mar plantado desde o tempo do salazarento — têm tido, e continuam a ter, uma imensa responsabilidade no que aconteceu, do norte e da desolação no centro e no norte do Portugal, em especial nas terras do Ribatejo». E que «todos os

anos, principalmente o Ribatejo, é inundado nos Invernos chuvosos, perdendo-se, por esse facto, sementeras, gados, casas e outras parcelas que constituem a riqueza da vida quotidiana do povo ribatejano. Que as obras mais eficazes que se fizeram nas margens do Tejo, para a protecção de pessoas e bens, datam de há centenas de anos, vêm dos velhos tempos dos senhores reis da segunda dinastia portuguesa».

Na verdade, a grande tragédia de que o nosso país foi alvo, deu-se na miséria milhares e milhares de trabalhadores, não só por via das cheias do Tejo e do Mondego como, também, do Douro e outros rios do menor importância. Mas os senhores, os ricos deste País empobrecido, certamente que não terão ficado nas trágicas condições de vida em que se encontram esses tantos milhares de vítimas das inundações, em Portugal. Pode o amigo ter a certeza disso.



**Justino de Almeida Duarte Lisboa**

Fala-nos, com entusiasmo, da grande força e unidade expressas na muito importante Conferência Nacional de Organização Sindical, que se efectuou no repleto Pavilhão de Desportos, de Lisboa, em 17 e 18 de Fevereiro último. Na verdade foi, de facto, uma grande manifestação de democracia, de unidade, de força colectiva, de confiança no futuro, o que os milhares de trabalhadores presentes nesta Conferência, incluindo os numerosos delegados sindicalistas, deram provas, e que ficará no Movimento Sini-

dical Unitário como um marco histórico do mais elevado relevo.

Obrigado pelas saudações fraternais, que retribuimos com todo o apreço e amizade.

**Eurico Louro Alves**  
— Munique (Alemanha)

A sua carta vibrante de entusiasmo pela defesa dessa grande conquista da «Revolução dos Cravos», que é a Reforma Agrária, deu-nos plena satisfação.



**António Cardoso dos Santos**  
— Faro

«O traço de ataque da China ao Vietname insere-se, segundo o meu fraco parecer, nas obscuras negociações que os dirigentes chineses tiveram com o presidente Carter e na sua cínica política. Porque interessa aos mandantes americanos manterem no mundo uma permanente tensão, com guerras pequenas e grandes, a fim de poderem vender a sua **banha de cobra**, que é, neste caso, o armamento que as suas inúmeras fábricas produzem. Mal desses dirigentes se não houvesse guerras aqui e ali. As fábricas de armamentos teriam de encerrar. O número de desempregados, que ultrapassa presentemente os dez milhões, subiria de tal forma assustadora que poderia até abalar os fundamentos da estrutura em que a sociedade americana se sustenta. Os dirigentes chineses, que se dizem comunistas, estão actuando descaradamente com o imperialismo americano. E, com essa finalidade, servindo os interesses desses imperialistas, invadiram, de forma criminosa, um país vizinho, verdadeiramente socialista, e não socialista apenas de fachada.»

Ficamos por aqui, na transcrição da sua interessante carta, apenas por falta de espaço. Não porque não tenha razão no que diz, ou porque estejamos em desacordo com as suas afirmações.

**José Amaro**  
Faro

Das três poesias que nos mandou, é que muito aprendemos, em especial por serem feitas por um operário corticeiro, como é o amigo, vamos publicar aquela que nos pareceu ser a que mais se adapta ao actual momento político social no nosso «País de Abril». Uma outra, com grande humor, intitulada «Um pinto no poleiro», não nos pareceu aconselhável publicá-la, por vários motivos, embora admirásemos o humor sadio que ela exprime. Segue, pois, a sua poesia.

**Defender Abril a cantar**

Defendo Abril a cantar.  
E enquanto agito esta arma,  
faço a todo o reparar  
que a reacção não desarma...

E que por isso é preciso  
opor-lhe o canto trigueiro  
da nossa força, o sorriso  
do Portugal verdadeiro.

A nossa força de luta  
pela espeznhada razão  
que vive a vida e labuta  
pela Paz e pelo Pão.

Esta nação somos nós  
que lutamos pela verdade.  
E levantamos a voz  
na canção da Liberdade!



## ESTE GOVERNO NÃO SERVE!

A política do Governo Mota Pinto é a todos os títulos negativa. Pelas suas acções, este Governo tem mostrado que não serve os interesses do País e dos trabalhadores. No plano económico, a sua política é desastrosa e, no campo social, é pura e simplesmente injusta. É uma política revoltante e criminosa, toda ela voltada contra os interesses do povo e do País.

De dia para dia agravam-se as condições de vida dos trabalhadores; os problemas económicos e os conflitos sociais do País degradam-se ainda mais.

O brutal agravamento generalizado dos impostos e o pretendido lançamento de um novo imposto (que, a ir por diante, roubará aos trabalhadores mais de metade do seu 13.º mês), os já anunciados aumentos dos produtos de primeira necessidade e a limitação dos aumentos salariais numa percentagem manifestamente inferior à do aumento do custo de vida — são medidas que, a par das acções repressivas limitadoras das liberdades democráticas e atentatórias dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores portugueses, dão bem a imagem da marca de classe e do carácter antipopular deste Governo. A continuação dos ataques à Reforma Agrária e o assalto aos órgãos de comunicação social são exemplos que caracterizam bem as intenções que estão por detrás desta política.

Nas suas propostas de Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1979, que a Assembleia da República se prepara para votar, o Governo mostra também que não só está contra os trabalhadores e o povo, como é política e tecnicamente incapaz para se manter à frente dos destinos do País. Nesses documentos, o Governo, cedendo mais ainda às chantagens do imperialismo e em particular do FMI, propõe-se golpear duramente todas as conquistas que Abril tornou possíveis e chega ao ponto de pretender aumentar os descontos dos trabalhadores para a Previdência, ao mesmo tempo que lhes retira importantes benefícios da segurança social.

Paralelamente, o Governo continua mudo perante as justas reivindicações dos trabalhadores. O caderno reivindicativo aprovado pelo Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, de 16 de Dezembro último, não mereceu, até hoje, o mínimo sinal de receptividade da parte do Governo. O Governo furta-se ao diálogo, fecha-se nos seus gabinetes, aonde só os representantes do grande patronato e do imperialismo têm acesso.

Hoje, mais do que nunca, o caminho dos trabalhadores portugueses para a defesa dos seus direitos e interesses é o caminho de luta que o Movimento Sindical Unitário lhes indica.

Os trabalhadores estão dispostos e firmemente determinados a recorrer a todas as formas de acção de massas que obriguem o Governo a respeitar os interesses da Pátria e da democracia, a reconsiderar e recuar na sua política antioperária e antipopular, com a certeza inabalável de que, no Portugal de Abril, nenhum Governo poderá manter-se contra a vontade das forças democráticas, dos trabalhadores e do Povo português.

As acções de massas já anunciadas para se realizarem nos grandes centros industriais e no interior, nos próximos dias 10 e 17, constituirão sem dúvida uma resposta clara e um grito firme dos trabalhadores contra este Governo. A CGTP-IN apola estas acções e exorta todos os trabalhadores, todos os democratas, a participarem activamente nestas manifestações, ciente de que chegou a hora de dizer «basta!», de exigir uma nova política e um novo rumo para o País e de reclamar a reposição da legalidade democrática.

Sem prejuízo de decididamente recomendar este caminho de luta, a CGTP-IN apela também aos trabalhadores para que reforcem a sua unidade e as suas organizações de classe. A realização recente da 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical veio abrir novas perspectivas neste campo.

O reforço do Movimento Sindical e das suas estruturas é indissociável da luta pela defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, das conquistas de Abril, da Constituição e da democracia.

Reforçar a unidade, fortalecer os sindicatos, lutar por uma política que respeite o 25 de Abril — estas são as tarefas de momento dos trabalhadores portugueses.

Todos, unidos e coesos em torno dos nossos interesses de classe, que são os interesses da Pátria, sabremos criar as condições que permitirão uma alternativa ao actual Governo e à actual situação e que garantirão, enfim, o recomeço da caminhada iniciada em Abril e a concretização do projecto de sociedade para que nos aponta a Constituição.

# Notícias e comentários

## CHEIAS EM PORTUGAL

### UMA SITUAÇÃO QUE SE REPETE TODOS OS ANOS



O País acompanhou com profunda apreensão as notícias relativas aos efeitos catastróficos do temporal que se abateu sobre o território nacional e que provocou sofrimentos irreparáveis nas populações e prejuízos materiais avultados.

Com efeito, os estragos provocados pelas chuvas intensas e rajadas fortíssimas de ventos, revestiram-se, este ano, de características pouco vulgares, no nosso País.

Populações devastadas pelas enchurradas, estradas intrinsecamente, ligações ferroviárias interrompidas, milhares de cabeças de gado engolidas pelas águas em fúria, foram o retrato dramático duma situação que, ano após ano, se vem a repetir em Portugal.

Na zona do Ribatejo, a agricultura sofreu particularmente os efeitos da intempérie e a incúria das autoridades. Milhares de pessoas viram os seus lares destruídos e os seus parques haveres irremediavelmente perdidos. As ligações rodoviárias e ferroviárias tornaram-se ineficazes durante um largo período. Só em Vila Franca de Xira, os prejuízos resultantes do temporal orçaram os 240 mil contos.

Mas, também a zona norte do País se viu a braços com as dificuldades inerentes à total ausência de medidas que evitem as inundações periódicas e as suas conseqüentes devastações.

A zona ribeirinha do Porto, o porto de Leixões que teve de ser encerrado à navegação, a refinaria da

Petrogal que ficou literalmente fora de acção, foram das áreas mais fortemente atingidas. O vale do Douro e do Mondego sofreram igualmente prejuízos avultados.

Todavia, os maiores prejuízos materiais verificaram-se em Sines que, uma vez mais, não resistiu aos embates das

de dois anos no arranque definitivo do projecto em curso, é o balanço catastrófico dos temporais.

O Movimento Sindical Unitário e, em particular, a CGTP-IN, manifestou, prontamente, a sua total solidariedade às populações atingidas, tendo exortado os trabalhadores a



ondas. Mais de um milhão de contos em danos materiais e um atraso do mais

prestar toda a ajuda possível aos sinistrados, de forma organizada, através das associações sindicais.

O Secretariado Nacional da CGT-IN lançou igualmente um apelo a várias organizações internacionais no sentido de prestarem auxílio às vítimas das inundações e solicitou das entidades competentes, a nível interno, «o desenvolvimento de todas as formas de auxílio às populações atingidas, de modo a que sejam, pronta e eficazmente socorridas.

Os dirigentes da CGT-IN reclamaram, ainda, do Governo, «o apoio necessário à recuperação das regiões atingidas e à reparação dos danos e prejuízos causados aos bens e haveres da população».



## TOTAL OPOSIÇÃO AO GOVERNO DA DIREITA

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Interindustrial Nacional exortou os trabalhadores, unidos em torno das suas organizações de classe, a manifestarem «a sua total e frontal oposição ao Governo Mota-Pinto/PPD» à sua política.

A exortação, feita por elementos do Secretariado Nacional no decurso de uma conferência da imprensa, obteve imediatamente a resposta positiva de sete unidos distritais de sindicatos e dos secretariados das comissões de trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e de Setúbal.

Situadas no âmbito da luta contra a política antipopular do Governo actual, as referidas organizações sindicais decidiram avançar para uma grande campanha de mobilização e esclarecimento dos trabalha-

dores e da população em geral das respectivas regiões.

Os trabalhadores e a população em geral dos distritos de Braga e Porto (dia 10), Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Portalegre, Santarém e Viana do Castelo (dia 17) manifestar-se-ão nas ruas daquelas cidades por forma a

obrigar o Governo a «respeitar os interesses da Pátria e da democracia, a reconsiderar e recluir na sua política antipopular e antipovo, com a certeza inabalável de que, no Portugal de Abril, nenhum Governo poderá manter-se contra a vontade das forças democráticas, dos trabalhadores



e do povo português».

Como acentuaram os dirigentes da CGTP-IN, «nas condições actuais, criadas pela acção demagógica, desestabilizadora e irresponsável do Governo, os trabalhadores estão dispostos e firmemente determinados a recorrer a todas as formas de acção de massas», nomeadamente ao exercício do direito de manifestação, o que «pressupõe e implica a defesa e consolidação do regime democrático e constitucional, salido da Revolução do 25 de Abril».

Participar nestas jornadas unitárias de luta significará igualmente a defesa do pão e do trabalho, da Reforma Agrária e da democracia e deixará bem claro que os trabalhadores e o povo português repudiam desastrosa política antipovo e antinacional do Governo Mota Pinto/PPD, que só poderá conduzir os portugueses à miséria e ao País à ruína.

### Unidade vence divisionismo nos Escritórios do Porto

Os trabalhadores dos Escritórios do Distrito do Porto elegeram no passado dia 22 de Fevereiro os representantes da Lista C (unitária) para os corpos gerentes do seu Sindicato.

Para este acto, em que estavam inscritos cerca de 20 mil eleitores, 2.455 votaram na Lista A, afectada à UGT (PS/PPD), 3.139 deram os seus votos à lista B (PPD), tendo sido escrutinados 3.472 votos favoráveis à Lista C (unitária).

Entretanto, não exitando face à ilegalidade da manobra preparada pelas listas divisionistas, o presidente da assembleia geral daquele Sindicato, Daniel Tavares, cinco dias após o termo do prazo, acatou a impugnação das eleições.

De referir, o facto de ser a Lista B a impugnar as eleições, embora tenha assinado, sem qualquer protesto, ou denúncia, a acta em que o encerramento era mencionado.

Segundo um comunicado da lista unitária, o que se passa de facto, «é que toda esta manobra foi urdida desde início, de comum acordo entre a Lista «A» e

a lista «B», no sentido de se pre-averarem em face da vitória da lista «C», uma vez que termem a «denúncia das arbitrariedades e esbanjamentos dos bens do sindicato levados a cabo nos últimos três anos».

A lista vencedora, que não aceita a impugnação do acto eleitoral, continua a exigir o cumprimento da vontade livremente expressa pelos trabalhadores dos Escritórios, reclamando, ao mesmo tempo, a sua imediata tomada de posse, «mesmo que, para tal, tenha de recorrer à via judicial».

Os representantes da lista unitária desoenvolverão uma intensa campanha de esclarecimento e denúncia junto dos trabalhadores dos Escritórios, da população, dos órgãos do Poder e do Provedor de Justiça, dos organismos sindicais e dos órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros.

### Vitória da unidade nos Telefonistas de Lisboa

A lista «A», unitária, venceu as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa, realizadas nos passados dias 14 e 15 de Janeiro.

Segundo informações colhidas junto de um porta-voz daquele Sindicato, votaram pela lista unitária — que tem por lema «o reforço da unidade dos trabalhadores» — 1450 sócios, o que corresponde a 50,43 por cento dos votos entrados nas urnas. A lista «B» obteve 345 votos (11,75 por cento) e a lista «C» corresponderam 1059 votos (36,06 por cento). Foram es-

crutinados 35 votos nulos e 17 brancos.

A participação nestas eleições rondou os 41,1 por cento, enquanto que no anterior acto eleitoral, em Fevereiro de 1977, a afluência do eleitorado não excedeu os 39,6%.

Apesar das várias verticalizações que se verificaram no sector, e conforme foi dito a «Avançar», pelo porta-voz do Sindicato, «o aumento do número de votos na lista unitária deve-se ao facto de os elementos que a integram serem bem aceites no seio dos trabalhadores, merço de bom trabalho que tem vindo a desenvolver».

### Ferrovários denunciam tabelas salariais

O secretariado da Federação dos Sindicatos Ferroviários entregou já ao conselho de gerência da CP a proposta dos trabalhadores para a revisão da matéria económica do acordo colectivo de trabalho daquela empresa pública.

A federação marcou o dia 22 de Março para o início das negociações com o CG. A empresa tem cerca de 28 mil trabalhadores.

A proposta dos sindicatos foi aprovada pelos trabalhadores no passado dia 10 de Fevereiro, no decurso de um plenário nacional.

Inicialmente previsto para se reunir numa única sessão, no pavilhão da Quimigal, no Lavradio, o plenário acabou por se realizar em duas grandes sessões, uma das quais no Entrinamento, onde milhares de tra-

balhadores ficaram retidos em virtude da linha ferroviária estar obstruída, devido às cheias que afectaram a região.

Antes do plenário nacional, a federação e os sindicatos ferroviários haviam promovido dezenas de reuniões com os trabalhadores, ao longo da linha, durante as quais foi discutido o projecto de proposta sindical que o plenário nacional ratificou.

# Edições **alavanca** CGTP-IN



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES INTERSINDICAL NACIONAL

**DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS**

1. MANIFESTO  
2. CADERNO REINDICATIVO  
3. RESOLUÇÃO

**01/ DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO**

Manifesto, Caderno Reindicativo, Resolução - Preço 2850

**FORMAÇÃO SINDICAL**

1972 - 2.ª EDIÇÃO



INTERSINDICAL Nº 60000

**02/ FORMAÇÃO SINDICAL**

(4.ª edição) 6 lições para estudo, com 130 págs. ... Preço 10800



COM O LOGO ATUALIZADO NOVO

CGTP-INTERSINDICAL

RETRATOS EM 80 TRABALHADORES PORTUGUESES

**03/ POSTER**

Poster: com hino da CGTP-IN 7.0800



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES INTERSINDICAL NACIONAL

**PROGRAMA DE ACÇÃO**

Resolução do Congresso de Todos os Sindicatos

Realizado em 27, 28, 29 e 30 de Julho de 1972

**1/ PROGRAMA DE ACÇÃO**

Aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos - Preço 7850



**contratação colectiva**

e política de salar

**2/ CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLÍTICA DE SALÁRIOS**

Um volume cartonado, com 250 págs. ... Preço 6.0800

**SE O PACOTE 2 FOR APLICADO...**



INTERSINDICAL Nº 60000

**3/ SE O PACOTE 2 FOR APLICADO**

2.ª EDIÇÃO ... Preço 19800



**LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS**

Lei Sindical: como toda Projecta: CGTP-IN, PPO/PSD, PCP, Decreto-Lei 215-B/75. Texto da Constituição e da Convenção OIT ... Preço 20800

**4/ LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS**

Lei Sindical: como toda Projecta: CGTP-IN, PPO/PSD, PCP, Decreto-Lei 215-B/75. Texto da Constituição e da Convenção OIT ... Preço 20800



**POSIÇÃO DA CGTP-INTERSINDICAL**

face à Situação Social e Política e medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores

PLENÁRIO DE 4 DE SETEMBRO

**5/ POSIÇÃO DA CGTP-IN FACE À SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

Medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses dos trabalhadores ... Preço 10800

C. B. T. P. INTERSINDICAL



**ESTATUTOS**

\* REGULAMENTO DO CONSELHO GERAL

**6/ ESTATUTOS DA CGTP-IN**

Contém o programa do Movimento Sindical - Preço 7850

UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

**CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SINDICATOS**



NELA ENCONTRE OS TRABALHADORES


**7/ PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL**

Preço - 120800

**ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO e Perspectivas da Actividade Jurídica do Movimento Sindical**

13 E 14 DE MAIO DE 1976

RESOLUÇÃO FINAL CONGRESSOS E OUTROS DOCUMENTOS APOSTADOS



**8/ ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO**

Preço - 20800



**HISTÓRIA DA INTERSINDICAL**

ALAVANCA

**9/ HISTÓRIA DA INTERSINDICAL**

EM BANDA DESENHADA 1.º VOLUME Preço - 10800



# Conflitos laborais

## TRABALHADORES DOS TLP EM LUTA

### NÃO À REPRESSÃO — SIM AO DIÁLOGO

Os trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto (TLP) continuam em luta pela revisão do seu acordo colectivo de trabalho.

A luta na empresa, porém, tem agora mais uma frente: os trabalhadores exigem a anulação das sanções disciplinares ilegalmente impostas pelo Governo a 25 companheiros de trabalho ao abrigo do regime de requisição civil.

A requisição civil foi decretada pelo Governo durante a greve geral de dez dias seguida pela quase totalidade dos trabalhadores, em Lisboa (24 horas por dia) e no Porto (duas horas e, já depois da requisição, todo o dia).

Incapazes de negociar e manter o diálogo com os trabalhadores, a administração da empresa e o Governo envieram grosseiramente pela

via repressiva, aproveitando demagogicamente a situação criada pelas cheias do Tejo, para se lançarem, utilizando-se dos meios de comunicação social estereotipados (em especial a Rádio e a TV), numa campanha de intoxicação da opinião pública contra o pessoal dos TLP. 18 trabalhadores em Lisboa, foram compulsivamente demitidos e mais sete, no Porto, foram suspensos por 30 dias com perda de vencimento. Os trabalhadores, recusando embora a requisição civil, asseguraram, como vinham fazendo desde a primeira hora, todos os serviços de urgência.

Após um «acordo de princípio» estabelecido entre os trabalhadores e a comissão directiva da requisição civil, aqueles suspenderam a greve, e, em pouco mais de 24

horas, recuperaram as centrais telefónicas automáticas e conseguiram normalizar todos os serviços da empresa.

Os trabalhadores respeitaram deste modo os seus compromissos. O mesmo não fez o Governo, ao manter as sanções disciplinares que admitiu que iria rever.

No plano das negociações do ACT, os trabalhadores passaram a ter como interlocutor, não já a administração da empresa, mas um mediador nomeado pelo Governo, que também presidiu à comissão directiva da requisição civil.

Com o afastamento da administração da mesa das negociações, foi possível uma maior aproximação das posições sustentadas pelas par-

tes, admitindo-se à data em que é fechada esta edição do «Avançada», que um acordo final seja em breve possível.

Os trabalhadores porém, condicionam qualquer acordo à anulação prévia das sanções disciplinares e responsabilizam o Governo pelas consequências que advirão no caso de tal não se verificar.

O Secretariado Nacional do CGTP-IN manifestou publicamente a dor do tempo o seu total apoio à luta dos trabalhadores TLP e exigiu do Governo o fim das medidas repressivas que sobre eles se abateram. Dezenas e dezenas de outras organizações de trabalhadores, nacionais e internacionais, manifestaram também a sua solidariedade com os trabalhadores dos TLP.

## Têxteis: a luta continua

A greve de 24 horas levada a cabo pelos trabalhadores do sector têxtil, no passado dia 15 de Fevereiro, registou uma ampla participação, compreendendo desde modo aos objectivos visados pela comissão negociadora sindical. Esta forma de luta teve como finalidade obter a saída de uma portaria de regulamentação de trabalho (PRT) defendida a proposta de tabela salarial (7.200\$00 salário mínimo) e a obtenção dos retroactivos desde 1 de Setembro de 1978.

Os trabalhadores — que nos passados dias 16 de Novembro de 1978 e 18 de Janeiro de 1979 já haviam recorrido à greve — exigem da parte do Ministério do Trabalho (MT) uma resposta em relação às negociações em curso. As negociações para a obtenção do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV) arrastam-se há mais de seis meses exactamente desde 4 de Agosto de 1978. Goradas as negociações directas e a conciliação, o processo passou à via administrativa. Porém, o MT demorou 80 dias para convocar a comissão técnica que vai preparar a PRT e os trabalhadores ainda não obtiveram qualquer resposta às suas justas reivindicações.



A esta atitude governamental acresce o facto de várias entidades patronais terem procurado, por todos os meios ao seu alcance, sabotar a luta dos trabalhadores têxteis. Em algumas fábricas aumentaram a seu bel-prazer alguns salários e chegaram, mesmo ao ponto de pagar a dobrar o dia de greve, aos que a furaram.

De qualquer modo, a adesão à greve rondou os 70 por cento. Em Gouveia, na Guarda e na Covilhã, os trabalhadores pararam a cerca de cem por cento. Realizaram-se concentrações durante o período de greve na Covilhã e em Guimarães. O mau tempo que assolou o país desaconselhou ou impossibilitou outras concentrações.

Um dirigente da Federação dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários, em declaração a «Avançada» — responsabiliza o Governo e o MT pelo atraso na saída da portaria—. Aquelê sindicalista informou ainda que «as tabelas salariais estão em vigor há 25 meses e que os trabalhadores, nesse período, perderam 38 por cento do seu poder de compra, em face do aumento do custo de vida que na zona Norte, chegou aos 53 por cento.»

## ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

# GOVERNO TIRA AOSTRA PARA DARAO

O Governo Mota Pinto apresentou à Assembleia da República o «seu» Orçamento Geral do Estado para 1979.

Perante tal facto, interessa que os trabalhadores saibam por um lado, o que é um Orçamento Geral do Estado; e, depois, o que significará para eles e para outras camadas desfavorecidas do povo português a aprovação, pela Assembleia da República, do Orçamento Geral do Estado elaborado pelo Governo Mota Pinto.



O Orçamento Geral do Estado é uma previsão que o Governo faz no início de cada ano das receitas que terá — ou melhor dos impostos que arrecadará — e das despesas que realizará nesse ano.

O orçamento não está acima das classes em que se divide qualquer sociedade. Através do orçamento, e por meio dos impostos que lança, o governo pode obrigar uma classe a pagar muito mais ao Estado, sobrecarregando muito menos outra classe. Além disto, o Governo pode pegar no dinheiro que assim obteve e distribuí-lo até pela classe que pagou menos.

Em resumo, Orçamento Geral do Estado é um instrumento de redistribuição da riqueza e, em sociedades capitalistas, de exploração das classes trabalhadoras.

Feitas estas considerações, analisemos agora o Orçamento Geral do Estado apresentado pelo Governo Mota Pinto.

### Os impostos e os salários

É um facto sobejamente conhecido que o nível de vida dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas do Povo português desceu de uma forma contínua e vertiginosa, a partir de 1975.

Isto, em primeiro lugar, porque os preços têm aumentado muito mais do que os salários nominais. Por exemplo, entre Dezembro de 1977 e Dezembro de 1978, os preços no consumidor subiram, em Portugal, segundo o próprio Instituto Nacional de Estatística, cerca de 25 por cento enquanto os salários nominais aumentaram de acordo com um estudo elaborado pela CGTP-intersindical, apenas 12 % durante o mesmo período.

Os trabalhadores e o povo português saberão opor-se ao Governo que não serve os seus interesses

# OS TRABALHADORES PARA OS GRANDES CAPITALISTAS



Assim, só no último ano, os salários reais dos trabalhadores portugueses diminuíram cerca de 10,4 por cento.

Mas o poder de compra dos trabalhadores portugueses tem baixado não só porque os preços têm subido muito mais do que os salários: ele tem diminuído também porque os trabalhadores têm sido obrigados a pagar muito mais impostos.

Se pagarmos em dois impostos — o imposto profissional e o imposto de transacções — que são pagos fundamentalmente pelos trabalhadores e por outras camadas desfavorecidas do Povo Português, verificamos que entre 1975 e 1979 (os valores de 1979 são aqueles que constam do Orçamento elaborado pelo Governo Mota Pinto), *tr-se-à registar um agravamento brutal. Os dados referenciados no quadro 1 comprovam esse facto.*

Em 1975, os trabalhadores portugueses pagaram cerca de 3,5 milhões de contos de imposto profissional; e em 1979, no caso do Orçamento elaborado pelo Governo Mota Pinto ser párovoado pela Assembleia da República, terão de pagar 14,6 milhões de contos, ou seja, mais 317 por cento. Qual é o trabalhador que viu aumentar o seu salário, entre 1975 e 1979, em percentagem?

Em relação ao imposto de transacções, que recai sobre tudo aquilo que os trabalhadores portugueses e outras camadas desfavorecidas do povo português compram todos os dias, o aumento que o Governo Mota Pinto pretende, em relação ao que se pagou em 1975, através do mesmo imposto, é de cerca de 32,8 milhões de contos, ou seja, um aumento de 215%. Tenha-se presente que, entre 1975 e 1979, a subida média venhi-

Em 1979 o Fundo de Fomento de Habitação não terá possibilidades de iniciar ou apoiar a construção de novas habitações por falta de verbas

cada nos salários dos trabalhadores portugueses não atingiu os 60 por cento.

## Novo imposto...

Não se pense que são apenas estes aumentos de impostos, que já são, só por si escandalosos, que o Governo Mota Pinto pretende ongar (principalmente) os trabalhadores portugueses a pagar.

Por exemplo, através do imposto sobre o consumo de tabaco, que já em 1978 atingia os 6,9 milhões de contos, o Governo Mota Pinto pretende, em 1979, obter 8,5 milhões de contos.

Como se sabe, uma parte substancial deste imposto é paga pelos trabalhadores. E como se tudo isto já não fosse suficiente, o Governo Mota Pinto inventou um novo imposto, que recai principalmente sobre os trabalhadores, a que chamou «imposto extraordinário para a recuperação económica».

Este imposto pode alcançar 4 % dos rendimentos do trabalho respirantes ao ano de 1979. Não se pense

QUADRO 1

Impostos	Em Milhões de Contos		
	1975	1979 Orçam. Mota Pinto	Aumento
Imposto Profissional	3,5	14,6	11,1
Imposto de Transacções	10,4	43,2	32,8
Soma	13,9	57,8	43,9

# ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

# UM INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS



O novo imposto, ditto para a recuperação económica poderá roubar entre 50 e 60 por cento do 13.º mês. Nem os reformados estarão livres desta exploração...

que apenas o terão de pagar aqueles que recebem subsídio de Natal. Para estes, o imposto representará entre 50 e 60% do subsídio. Mas os que não têm um subsídio de férias, ou um subsídio de Natal, poderão ser obrigados a pagar desde que o seu rendimento anual ultrapasse os 91 mil escudos. O mesmo sucede com os próprios reformados.

Através deste imposto extraordinário, o Governo Mota Pinto pretende explorar o Povo português de mais 16

milhões de contos, sendo cerca de 10 milhões de contos pagos pelos trabalhadores.

## ... e maiores descontos

Em resumo: em 1979, os trabalhadores portugueses e outras camadas desfavorecidas do nosso Povo verão descer brutalmente o seu já baixo nível de vida, se a actual política e o Governo Mota Pinto continuarem, isto não só porque os preços irão subir muito mais do que 18 por cento que é o limite máximo imposto pelo Governo às subidas dos salários. O nível de vida das classes trabalhadoras irá descer também porque, através de um brutal agravamento dos impostos, que as atinge principalmente, o Governo Mota Pinto pretende retirar uma parte substancial dos seus salários nominais.

Efectivamente, no caso do Orçamento Mota Pinto ser aprovado pela Assembleia da República, irão ser feitos muito maiores descontos nos salários dos trabalhadores, devido ao

aumento dos impostos. Mas, além da subida dos impostos, o Governo Mota Pinto pretende também aumentar os próprios descontos para a Previdência em um por cento ficando assim os trabalhadores com uma parte menor do seu salário. Sendo descontado mais dinheiro nos seus salários, e pouco podendo os seus salários subir este ano, e ainda sabendo que os preços vão aumentar muito em 1979 (o Governo Mota Pinto já anunciou subida dos preços do pão, do leite, do pão congelado, dos óleos, dos transportes, das rendas de casa, etc., etc.), inevitavelmente o nível de vida dos trabalhadores irá descer ainda mais.

## E os capitalistas?

Vejamos agora como vão aumentar os impostos que atingem os capitalistas. Os dados fornecidos no *quadro 2* mostram o que se verificará neste campo.

Os três impostos *retidos na fonte* que são pagos pelos capitalistas, aumentam entre 1975 e 1979, tanto como aumentará só o imposto profissional. Entre 1975 e 1979, este aumentará cerca de 11,1 milhões de contos.

Não resta qualquer dúvida de que a política fiscal em Portugal é bastante favorável aos capitalistas...

## Fraca contrapartida

Vejamos agora como vai ser utilizado o dinheiro que o Governo Mota Pinto pretende explorar aos trabalhadores.

Cerca de 35,5 milhões de contos serão utilizados para pagar juros da dívida pública, o que é muito mais que aquilo que o Governo Mota Pinto pretende gastar com a saúde e habitação

Quadro 2

Impostos	Milhões de contos		
	1975	1979	Aumento
Cont. Industrial	4,5	9,1	4,6
Cont. Perdial	1,8	4,1	2,3
Impostos de Capitais	2,1	6,4	4,3
SOMA	8,4	19,6	11,2

do Povo português.

Na verdade, em 1979, o como já foi amplamente noticiado, o Estado gastou cerca de 29,5 milhões de contos com a saúde. Este ano, o Governo Mota Pinto pretende apenas despende 27 milhões, o que, face ao aumento inevitável dos preços dos medicamentos e dos preços de outros serviços e produtos que os Serviços Médico-Sociais têm de pagar, determinará um agravamento brutal das condições da saúde em Portugal.

No nosso país, cerca de 600 mil portugueses vivem em barracas ou em partes de casa. A situação da habitação em Portugal é um autêntico

escândalo, sendo totalmente inacessível as famílias dos trabalhadores.

Apesar disso, o Governo Mota Pinto apenas concedeu 5,7 milhões de contos ao Fundo de Fomento de Habitação, o que nem dá para pagar as obras lançadas até Setembro de 1978.

Por isso, em 1979 o Fundo de Fomento de Habitação não terá possibilidades de iniciar ou apoiar a construção de novas habitações por falta de verbas.

Em resumo, o Orçamento Geral do Estado elaborado pelo Governo Mota Pinto não serve os interesses do

Povo português, porque a sua aprovação pela Assembleia da República, na determinar, por um lado, o agravamento brutal das já difíceis condições de vida do Povo português e, por outro lado, permitiria uma utilização dos dinheiros que não serve os interesses dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas da população.

É necessário que os trabalhadores estejam atentos ao que se passa na Assembleia da República, durante a discussão do Orçamento Geral do Estado. Assim ficarão a saber quem é que defende e quem está contra os seus interesses.



O Governo Mota Pinto já anunciou a subida dos preços do pão, do leite, do peixe congelado, dos óleos, dos transportes, das rendas de casa, etc. Inevitavelmente, o nível de vida dos trabalhadores irá descer ainda mais

É necessário que os trabalhadores estejam atentos ao que se passa na Assembleia da República, durante a discussão e votação do Orçamento Geral do Estado. Assim ficarão a saber quem é que defende e quem está contra os seus interesses



## LIMITAÇÃO DOS AUMENTOS SALARIAIS

# TRABALHADORES DIZEM AO "PACTO" POR DECE

**A** Conferência Nacional de Organização Sindical aprovou uma importante deliberação sobre o novo limite a que o Governo tenciona submeter os aumentos dos salários através de convenção colectiva ou portarias de regulamentação.

Relacionando essa medida com outras contidas na proposta de Orçamento Geral do Estado, (como o novo imposto destinado a roubar aos trabalhadores mais 56 por cento do 13.º mês), a conferência tirou as conclusões claras sobre os objectivos da política antipopular que eles traduzem segundo a apreciação feita.

A política reacconária em curso tem por objectivos a restauração das relações de produção e do poder político e económico anteriores às nacionalizações da banca, seguros e sectores-chave da economia, à Reforma Agrária, à prática do controlo operário e a outras grandes conquistas populares e democráticas consagradas na Constituição.

Em consequência disso e da vergonhosa submissão ao imperialismo estrangeiro e ao FMI, o Governo procura criar condições que permitam a intensificação brutal da exploração dos trabalhadores, e lança sobre estes e outras camadas sociais de baixos rendimentos o principal peso da crise económica, através da redu-

ção forçada do poder de compra conseguida, por meio da alta dos preços, designadamente dos produtos essenciais, e da contenção dos salários.

E neste contexto que surgem os famigerados "pacotes" e os decretos dos 15 por cento e dos 20 por cento, que o movimento sindical sempre combateu.

O plenário da CGTP-IN de 16 de

Dezembro de 1978 definiu sobre a matéria uma posição clara, exigindo a revogação dos condicionamentos salariais e a reposição da liberdade e da eficácia da contratação colectiva, designadamente através da criação de mecanismos destinados a tornar mais rápida a celebração, publicação e entrada em vigor das convenções colectivas, a impedir a sabotagem patronal e a ajustar os aumentos de salários à elevação do custo de vida e à capacidade económica dos diversos sectores de actividade.

O Governo, não tomando minimamente em atenção estas posições dos trabalhadores, e sem dar cumprimento ao direito que constitucionalmente lhes assiste de participarem na elaboração das leis do trabalho, anunciou publicamente a manutenção dos limites aos aumentos de salários e a sua fixação em 18 por cento, apesar de a taxa de inflação ser muito superior e de se prever que aumente ainda mais (22 por cento em 1978). São, portanto, bem claros os objectivos de redução forçada do poder de compra e de intensificação da exploração dos trabalhadores, para aumentar os lucros do patronato.

Nas propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1979, apresentadas à Assembleia da República, o Governo propõe-se au-



# EM "NÃO" RETO

mentar todos os impostos e as contribuições para a Previdência e criar um novo imposto que recairia sobre os salários e pensões do reformista, atingindo mais de metade (56 por cento) de um salário mensal.

## Firme disposição de luta

Para fazer frente a este contexto, a contorência, onde estiveram representados 244 sindicatos e outras associações sindicais, entendeu definir uma orientação que traduz uma firme disposição de luta dos trabalhadores portugueses:

- 1 - ManIFESTAR a total oposição do Movimento Sindical e dos trabalhadores portugueses ao decreto dos 18 por cento, se este vier a ser promulgado.
- 2 - Apontar como objectivo de luta a prosseguir, por meios de acção de massas, acção política junto dos órgãos do poder, acção jurídica e outras formas, a revogação formal do decreto dos 18 por cento.
- 3 - Tendo em conta a capacidade económica e electiva dos diversos sectores de actividade, definir como objectivo a atingir em cada processo de contra-



tação colectiva para fixação de salários a defesa efectiva do poder de compra face à alta do custo de vida, se necessário, através da ultrapassagem dos limites arbitrários impostos pelo decreto dos 18 por cento.

- 4 - Recomendar o estudo, pelas associações sindicais, em coordenação com as organizações sindicais de empresa e comissões de trabalhadores, de formas de acção e objectivos reivindicativos, a nível de empresa, de sector ou nacional que permitam, na prática, ultrapassar o limite dos 18 por cento.
- 5 - Exigir que o Governo cumpra efectivamente a legalidade constitucional, mais uma vez violada por tal diploma, e protestar pela ausência de consulta do Conselho Nacional do Plano em relação ao projecto de Grandes Opções

para 1979.

- 6 - Protestar contra o agravamento dos impostos e alinhar a disposição de lutar para impedir que esta medida venha a ser aprovada e aplicada.

- 7 - Exigir a fixação do salário mínimo nacional em 6.900 escudos de acordo com a decisão do plenário de sindicatos de 16 de Dezembro de 1978.

Os trabalhadores, através dos seus representantes legítimos, deliberaram adoptar uma orientação que pode ser sintetizada do modo seguinte: **associar a luta pela revogação do decreto dos 18 por cento à luta, a todos os níveis, para impedir a sua aplicação prática, isto é, para ultrapassar os limites nele estabelecidos, sempre que, doutro modo, se verifique redução do poder de compra.**

O Governo Mota Pinto não conseguirá impor o «pacto social» por decreto.



# CAMPANHA DE FUNDOS DA CGTP-IN

## UMA BATALHA SINDICAL E POLÍTICA

«(...) Permiti que vos lembre que esta em curso a Campanha de Fundos para a Escola Sindical.

«Exortamos todos os conferencistas, aqui presentes, para redobrárem os seus esforços no sentido de aproveitar com entusiasmo e imaginação os dois meses que faltam para o seu encerramento, a fim de alcançarmos e ultrapassarmos a meta que foi fixada.

«Não se trata só de uma batalha financeira. É sobretudo uma batalha política que demonstrará a ligação e apoio que a CGTP-IN merece dos trabalhadores.

«Estamos certos de que a iremos ganhar.»

Este excerto da intervenção de José Luis Judas, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, durante a Conferência Nacional de Organização Sindical, que recentemente se realizou em Lisboa, dá-nos uma ideia da importância de que se reveste esta iniciativa.

A Escola de Formação Sindical é mais do que a simples expressão dos números, os dez mil contos para a CGTP-IN. Ela significará também o realismo com que a confederação encara as tarefas e as metas que se propõe alcançar. Mas, muito mais do que isso, a Escola de Quadros será a expressão real da determinação com que os trabalhadores, unidos em volta do Movimento Sindical Unitário e da sua central, a CGTP-IN, respondem à chamada, certos da justeza da tarefa e da orientação da luta.

Nunca será de mais repetir que, num momento em que a multiplicidade e a complexidade das tarefas



se impõem ao dia a dia dos militantes sindicais, a preparação de quadros para as duras lutas que se avizinhm não pode nem deve ser menosprezada. Por isso, e ainda porque não devemos nunca perder de vista a importância da unidade — um dos princípios norteadores da actividade do Movimento Sindical que os divisionistas querem ver destruído —, a Escola de Formação Sindical irá, por certo, a breve trecho, apertrear as estruturas do Movimento Sindical.

É bom que, como afirmou o camarada Kalidas Barreto na Conferência de Organização Sindical, tenhamos consciência que o projecto divisionista existe mas que, também, «não será ainda a UGT que quebrará a espinha ao Movimento Sindical».

A Campanha de Fundos encerra já no próximo dia 1.º de Maio, num dia de luta e de festa para os trabalhadores de todo o Mundo.

É, pois, com a certeza de que a meta irá ser alcan-



Na página anterior: o urso é a «mascote» dos Jogos Olímpicos de Moscovo, a que vinte portugueses poderão assistir, graças ao sorteio final da Campanha de Fundos da CGTP-IN. À direita: um aspecto de uma estância balnear na Jugoslávia.

Um dos prémios do sorteio será exactamente um período de férias naquele país, para uma pessoa. Em baixo: as metas fixadas para a recolha de fundos, para cada uma das Uniões dos Sindicatos distritais e das regiões autónomas.



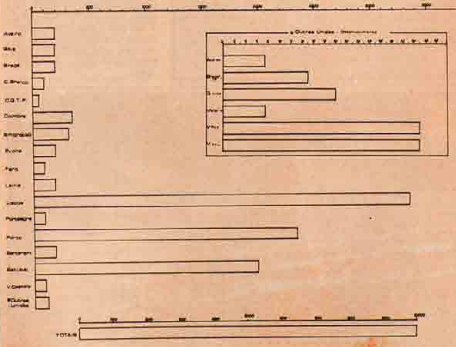
cada, e talvez mesmo ultrapassada, que, à semelhança dos números anteriores da nossa revista, vos exortamos a lançar as mãos ao trabalho e a colocarem a vossa imaginação ao serviço desta tarefa que é a de todos nós, trabalhadores.

Mas, além de todas estas razões, suficientemente motivadoras para, só por si, levarmos de vencida esta batalha, ainda há os prémios.

Os prémios, de que já apresentámos no número anterior de «Alavanca» uma lista provisória e que serão sorteados no dia 11 de Maio, constituem, igualmente, um dos múltiplos atractivos desta importante tarefa.

Quem, nos tempos que correm, desdenhara de uma viagem à União Soviética, para assistir aos Jogos Olímpicos de 1980? Quem não estava disposto a gozar umas merecidas férias nas belas estâncias balneares da Jugoslávia?

### CAMPANHA DE FUNDOS - 10.000 CONTOS ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL UNIDADE E DEMOCRACIA



## SOLIDARIEDADE COM SALOMON MAHLANGU

Em 2 de Março de 1978, Salomon Mahlangu, destacado combatente na luta contra o apartheid e o racismo, foi julgado num tribunal fanteche e, por isso, condenado à pena capital.

A CGTP-IN, à semelhança do que tem feito grande parte da comunidade internacional, condena veementemente « a brutal política de assassínios, opressão, exploração e discriminação salarial para a população não branca » do regime da África do Sul.

Assim, e por ocasião do dia da campanha mundial para salvar a vida de Salomon Mahlangu (7 de Fevereiro), a CGTP-IN « reafirma » a sua inteira solidariedade à justa luta do povo sul-africano pela sua libertação e condena a denuncia a política de « apart-

heid », levada a cabo pelo Governo racista de Pretória, apoiado pelas forças imperialistas ».

Ao mesmo tempo, através de telegrama enviado ao primeiro-ministro sul-africano, a CGTP-IN exigiu a imediata libertação de Salomon Mahlangu bem como de outros patriotas sul-africanos aprisionados.

## Electricistas gregos em luta

O Secretariado Nacional da CGTP-IN, ao tomar conhecimento da prisão e condenação, no passado dia 19 de Fevereiro, dos dirigentes sindicais da Federação do Gás e Electricidade da Grécia, enviou ao Supremo Tribunal de Justiça daquele país um telegrama em que denuncia esta acção

## Emigrantes apoiam Campanha de Fundos

A Associação de Portugueses Emigrantes na Bélgica promove no dia 10 de Março, em Bruxelas, uma jornada de solidariedade com a CGTP-IN, que concorrerá para a campanha de fundos para a

criação da Escola de Formação Sindical.

Nesta jornada, em que poderão participar as várias associações de emigrantes na Europa, actuarão, nomeadamente, Carlos do Carmo, acompanhado por António Chalhó e José Maria Nóbrega; Fernando Tordo; José Jorge Letria; a dupla de palhaços Zeca e Elizabeth; e o ilustrador Dárcos e a sua « partenaire ».

Esta iniciativa da A.P.E.B. visa dar corpo ao interesse manifestado pelas comunidades emigrantes portuguesas pela campanha de fundos da CGTP-IN, cuja finalidade é a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, onde quer que se encontrem.

A CGTP-IN far-se-á representar por um elemento do seu Secretariado Nacional e pelo responsável do departamento de Emigração.

## APELO DO SECRETARIADO DA CGTP-IN

Tendo em conta a situação catastrófica em que muitas regiões de Portugal ficaram, com as « cheias do século » que se abateram sobre o nosso país, as quais semearam a desolação em milhares de famílias portuguesas, o Secretariado Nacional da

CGTP-IN lançou, durante a realização da « 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical », efectuada em 17 e 18 de Fevereiro passado, um veemente apelo de solidariedade nacional e internacional para as vítimas destes trágicos acontecimentos.

## CGT desmente apoio à UGT

A CGT francesa, ao tomar conhecimento da notícia publicada no « Comércio do Porto » relacionada com a criação de « uma pretensa central sindical portuguesa, a União Geral dos Trabalhadores Portugueses », enviou um comunicado àquele periódico no qual, « em nome dos seus 2.400.000 aderentes, desmente categoricamente ter enviado uma saudação pelo nascimento desta central sindical ».

O documento subscrito por Joannes Galland, secretário da CGT, exige ainda à direcção do « Comércio do Porto » que publique a rectificação « a fim de não se enganarem os trabalhadores e a opinião pública portuguesa ».

Aliás, a notícia é tanto mais falsa quanto, conforme acentua o comunicado, « a CGT combate, com todas as forças, a divisão sindical no seu próprio país, mas também na Europa e em todo o Mundo ».



## DELEGAÇÃO DA "SOHYO" VISITOU PORTUGAL

Zen Takarada e Masahiro Ogawa, da SOHYO do Japão, estiveram recentemente em Portugal, a convite da CGTP-IN.

Os dirigentes da SOHYO — a maior central sindical do Japão — visitaram a Empresa Têxtil Industrial de Santo Tirço e a Selenave. No distrito de Lisboa, a delegação nipónica visitou a Covina,

# THĂNG LỎI VIỆT NAM!

## — VITÓRIA VIETNAM!



Numa atitude sem precedentes, tropas da China invadiram a República Socialista do Vietname. As autoridades de Pequim revelaram, uma vez mais, a sua política criminosa e aventureirista e as suas ambições expansionistas e gregemónicas.

Utilizando blindados, artilharia, infantaria e aviação, somando uma vez mais, na terra martirizada do Vietname, a morte e a desolação, o exército chinês — que com esta atitude põe também em perigo a paz mundial — está a assumir uma pesada responsabilidade que enche de profunda vergonha o Povo China, também ele vítima da «clique» dirigente de Pequim.

A independência, a liberdade, a paz e a amizade foram sempre as razões de ser e a própria prática da nação vietnamita.

Ho Chi Minh, o «Tio Ho» — como carinhosamente lhe chama o povo vietnamita — havia sintetizado maravilhosamente esta idea, profundamente enraizada no seu Povo: «Nada é mais precioso que a independência e a liberdade».

No entanto, na História milenária deste povo pacífico, raras têm sido as ocasiões em que o Vietname pôde edifi-

car, tranquilamente, uma vida independente e livre e pôr em prática a sua capacidade criadora.

O colonialismo ocidental — impondo a sua dominação ao Vietname — obrigou todo o povo vietnamita a, como um só homem e arrostando com sacrifícios e dificuldades imensas, levantar-se em armas, para expulsar o invasor japonês, franceses e o próprio gigante norte-americano, conheceram o pó da derrota, vergados perante a vontade férrea e indomável deste povo que, durante anos, representou, no seu combate, a nossa própria luta, a luta de todos os povos pela justiça, pela dignidade e pelo progresso.

O Vietname venceu! O Vietname vencerá, uma vez mais, porque combate pela independência e pela liberdade, pela paz e pela amizade entre todos os povos.

O Movimento Unitário Português, representado pela CGTP IN, está ao lado dos patriotas vietnamitas, está solidário, ontem como hoje, com o Vietnameheróico.

Os participantes na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical tomaram conhecimento indignados, da invasão do território da República Socialista do Vietname

por tropas enviadas pelas autoridades de Pequim.

A Conferência aprovou uma moção de solidariedade com o Vietname onde se «repudia energicamente este acto de agressão armada contra a República Socialista do Vietname, país independente e amante da paz», e «sugere esta atitude, porventura a mais grave, assumida pela China», a qual confirma o seu alinhamento prático e cons-

tante com o imperialismo, que diz combater, e constitui uma séria ameaça à paz mundial».

Na mesma ocasião, os delegados à Conferência de Organização exigiram, ainda, da China, «a retirada imediata e sem condições do território da República Socialista do Vietname» e saudaram, «emocionada e fraternalmente, o heróico Povo do Vietname, em mais um momento dramático da sua história milenária».

Os trabalhadores portugueses estão solidários com o povo vietnamita.

THĂNG LỎI VIỆT NAM!  
(Vitória Vietnam!)



# COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

**A**o comemorar o seu Dia Nacional, em 28 de Março, a juventude portuguesa afirmará uma vez mais, este ano, a sua intenção de lutar por uma vida melhor e mais justa.

Foi precisamente por manifestar essa intenção que, há 32 anos, num acampamento organizado pelo MUD-Juvenil, centenas de jovens foram assaltados e presos pela Polícia política fascista.

E se nessa altura, em Março de 1947, o vasto movimento da opinião pública que se desenvolveu espontaneamente obrigou a Polícia a recuar nas suas medidas repressivas, hoje, em pleno uso das liberdades democráticas, os jovens portugueses saberão dorroubar os que ousam afrontar os ideais de justiça abertos com o 25 de Abril.

A vida dos jovens portugueses, perante a grave situação a que os últimos governos nos conduziram, é cada vez mais espinhosa e complexa. As discriminações salariais acentuam-se dentro das empresas. A legislação de trabalho, no que respeita aos despedimentos, incide em profundeza sobre os jovens. A crise que o país atravessa abate-se assustadoramente na juventude portuguesa.

Iremos comemorar uma vez mais o 28 de Março com a alegria própria da juventude mas sem esquecer os ideais por que lutamos.

As comemorações do Dia Nacional da Juventude decorrerão em todos os distritos com actividades organizadas pelos departamentos de juventude das Uniãos distritais e Sindicatos.

Destacamos, desde já, a

realização, em Lisboa, de várias iniciativas culturais, desportivas e recreativas, em sessões públicas que culminarão com a realização de uma festa-convívio, no próprio dia 28 de Março, na Academia de Santo Amaro, onde serão entregues os prémios referentes aos Jogos Florais organizados pelo departamento de Juventude da CGTP-IN.

Estes Jogos Florais, de âmbito nacional e abertos a todos os jovens, foram lançados em 24 de Janeiro e têm tido uma grande aceitação da juventude. Qualquer informação relativa aos mesmos, assim como o regulamento, poderão ser pedidos nas Uniãos distritais e nos sindicatos.

Em Setúbal realizar-se-ão igualmente diversas iniciativas culturais, desportivas e recreativas.



## QUE FUTURO PARA OS JOVENS?

**A** juventude portuguesa enfrenta os dias de hoje com uma grande dose de angústia e incerteza.

Outra coisa não seria de esperar, num país onde a população juvenil é das camadas da sociedade mais afectadas pela crise geral do capitalismo, agravada internamente por uma política económica de desastre e ruína, praticada pelos últimos governos.

Que futuro? Esta é a pergunta que diariamente milhares de jovens, do norte a sul do país, colocam a si próprios, na procura duma solução para a montanha dos seus problemas.

Fazem-na os jovens empregados, os jovens desempregados, os jovens estudantes, os jovens casais.

De facto, toda a massa da juventude portuguesa esta possuída de incerteza quanto ao futuro, que a fere e atormenta.

Um jovem empregado não tem a certeza se, um dia, para o outro, não é despedido pelo patrão, agora de mãos livres com a legislação de trabalho elaborada pelos últimos governos.

Um jovem desempregado erra, meses a fio, batendo duma solução para a montanha dos seus problemas.

Fazem-na os jovens empregados erra, meses a fio, batendo de porta em porta à procura de em-

prego que lhe permita pelo menos a sobrevivência.

Um jovem estudante interroga-se sobre a validade do seu esforço escolar perante a falta de postos de trabalho que lhe garantam uma saída profissional conforme com aquilo que aprende na escola.

Um jovem casal desmoraliza perante o custo assustador das rendas de casa e dos bens de primeira necessidade.

Mas os jovens portugueses não cruzam os braços perante a situação a que a política anti-Abril conduz o país.

Um pouco por todo o lado, nas empresas, na zona da Reforma Agrária, nas grandes acções de massas dos trabalhadores portugueses, lá está a abnegação e o entusiasmo dos homens de amanhã.

Destaca-se, pela sua grandeza e composição, a grande manifestação da juventude contra o desemprego, realizada no passado dia 27 de Janeiro e que uniu nas ruas de Braga mais de cinco mil jovens.

Ali, de punho erguido e com confiança, a juventude de Braga gritou para quem quis ouvir, que não quer o desemprego, a fome, a miséria e a angústia.

A juventude quer o caminho de Abril, o caminho novo, que transforme a vida num acto de beleza e criação.

# 8 DE MARÇO | DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Já lá vão 121 anos.

Foi em 8 de Março de 1857 que as operárias da indústria têxtil da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, paralisaram o trabalho. Elas eram obrigadas a laborar 16 horas por dia, sob as mais desumanas condições e com salários de miséria. Reivindicavam a diminuição do horário de trabalho e exigiam aumento de salário.

Estarapadas e de pés nus, desfilaram nas ruas daquela cidade norte-americana, sob os olhares atônitos e incrédulos de autoridades e de simples cidadãos.

Uma feroz repressão abateu-se sobre elas. Muitas tombarão para sempre. Mas, com um admirável espírito de unidade e com uma vontade inquebrantável, essas operárias têxteis mantiveram acesa a centelha que as levou à luta e à vitória. Isso ao espanto e à profunda admiração que a sua atitude mereceu em todo o mundo.

Alguns anos mais tarde essa data tornava-se oficialmente um símbolo de libertação para as mulheres de todo o mundo. Foi a grande militante revolucionária Clara Zetkin quem, em 8 de Março de 1910, durante a Conferência das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhaga, propôs que esse dia passasse a ser celebrado como uma grande jornada internacional da mulher.

## UMA JORNADA DE LUTA

Em 1979, no nosso país, o Dia Internacional da Mulher é, ainda, uma jornada de luta contra a exploração, o desemprego e a discriminação a que as mulheres continuam sujeitas.

Este ano, e no âmbito do Movimento Sindical Unitário, o 8 de Março irá ser celebrado em todos os distritos do País. A responsabilização das comemorações é dos departamentos de mulheres, que funcionam nas uniões distritais. Assim, para cada distrito se elaborarão programas que irão variar em função das condições específicas das próprias regiões. De uma maneira geral, os convívios, as projecções de filmes acerca desta temática e os debates sobre a situação da mulher, serão as constantes daqueles programas.

Embora estas iniciativas sejam levadas a cabo pelos departamentos de mulheres, isso não significa que os homens fiquem automaticamente excluídos de nelas participar e/ou colaborar. Bem pelo contrário. A luta é comum. Ela respalda tanto a umas como a outros.

«Há que não separar as lutas das mulheres dum lá muito mais vasta e que a todos respeito: a luta dos trabalhadores pela sua emancipação, por uma sociedade mais justa e fraterna, sem os que se oprimem o que são oprimidos». — Este é um princípio do Movimento Sindical Unitário, expresso pela secretaria nacional e responsável do Departamento das Mulheres da CGTP-IN, camarada Alice Rocha.

A Conferência sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora, realizada por iniciativa da CGTP-IN, no passado mês de

Novembro de 1978, é bem um exemplo dessa integração. Muitos foram os homens que intervieram nos trabalhos da conferência, nos debates e sessões do esclarecimento nas fábricas e nas empresas ou, ainda, nas próprias comissões dinamizadoras distritais.

O índice de participação das mulheres no seio do movimento sindical — embora



ainda longe de atingir o ideal — revela já um elevado grau de consciência de classe e uma mais correcta avaliação da importância do seu verdadeiro papel na sociedade, dos seus direitos e dos seus deveres na luta por um mundo mais justo.

## ACABAR COM A EXPLORAÇÃO E A DISCRIMINAÇÃO

É ainda nesta perspectiva que o Departamento das Mulheres da CGTP-IN está

a elaborar um programa que visa dinamizar e consciencializar as mulheres para a necessidade da sua participação no movimento sindical e, consequentemente, na sociedade.

Na ocasião em que se celebra a passagem de mais um aniversário sobre a jornada de 8 de Março de 1857, marco histórico da luta da mulher pela sua libertação, exortamos todas as mulheres a participarem activamente nas inúmeras iniciativas que, por todo o País, de Norte a Sul, na Madeira e nos Açores, se virão a verificar.

Tal participação não deve limitar-se a esta data. É necessário que a mulher se empenhe — com o mesmo espírito de unidade e com a mesma determinação das operárias têxteis de Nova Iorque — nas tarefas quotidianas de todos os trabalhadores. E que se empenhe, igualmente, em levar à prática as importantes conclusões da Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora e, ainda, as conclusões da recente Conferência Nacional de Organização Sindical.

Mais do que nunca é necessário que os trabalhadores, e entre eles as mulheres, se mantenham vigilantes e unidos contra as tentativas divisionistas, que não visam possibilitar o fim da exploração e a resolução dos seus problemas específicos,

mas, pelo contrário, tentam, isso sim, agravá-los.

Só desta modo a vitória poderá recompensar todos os sacrifícios que as múltiplas lutas e as duras lutas que se avizinham nos impõem.

Estes sacrifícios constituirão, igualmente, o contributo para a sociedade justa que porá fim à exploração e à discriminação de todos os trabalhadores, e em particular das mulheres trabalhadoras.



Adôque: uma pedreira no charrão do teatro comercial. Um exemplo de dignidade, honestidade e qualidade

## OS GRUPOS DE TEATRO INDEPENDENTE

**O**s Grupos de Teatro Independente (GTI) são uma realidade no panorama teatral português, na nossa cultura.

Adoptando formas organizativas diferentes, que vão desde as cooperativas a empresas, passando por associações de actores (sociedades artísticas), têm uma actividade cultural, formativa e criadora que lhes é comum e específica, além de fomentarem novos adeptos para o teatro, quer por desenvolverem uma corrente de público para o fenómeno teatral, quer promovendo o aparecimento de grupos de teatro amador.

Como os grupos recebem regularmente apoio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) para o seu trabalho, há quem defenda que eles não devem usar o nome de independentes pois são dependentes desses subsídios.

Isto não é verdade!

Porquê?

Ora vejamos:

— O projecto cultural dum grupo é definido na sua constituição, é da inteira responsabilidade dos seus subscretores e existe antes da atribuição de qualquer subsídio.

— Quem administra os grupos são os seus próprios elementos. Não há como nos

teatros nacionais, administradores por conta do Estado. Logo, a gestão económica dos GTI é feita nos moldes que estes acharem mais convenientes.

— A escolha do repertório é da inteira responsabilidade e liberdade dos grupos.

Nos teatros comerciais, a escolha do repertório, ou melhor, do espectáculo a fazer, recai sobre uma peça que dá garantias de êxito de bilheteira, reunindo-se para esse fim um elenco que traduza o seu esforço em lucro para a entidade patronal produtora do espectáculo.

— A escolha do elenco, encenador, cenógrafo, etc. não é motivada por interesses económicos. O elenco existe. São trabalhadores que se conjuntaram em grupo. Muitas das vezes a encenação é coreográfica, são feitas por elementos do grupo ou então estes convidam a pessoa que melhor saiba os interesses culturais que defendem.

— A escolha do público a quem se destina o trabalho e a opção do colectivo, quando escolhe este ou aquele tipo de repertório, se se decide pela descentralização, por trabalhar na cidade, ou por ser itinerante, ir ou não aos locais de trabalho dos outros trabalha-

dores, ou ainda, e finalmente, pela definição do custo do bilhete.

O que é então o apoio da SEC?

É a contribuição do Governo para o desenvolvimento do País, pelo reconhecimento do interesse dos projectos contemplados e é (ou melhor, devia ser) uma contribuição elizca para a democratização da cultura, para o cumprimento da Constituição através da Promoção acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural.

Essa contribuição devia ser de molde a permitir aos grupos levarem o teatro aos campos, às fabricas, às colectividades e aos bairros populares e a reduzirem o custo do ingresso no espectáculo à fim de que este chegue a aqueles que dele mais necessitam: os mais desfavorecidos economicamente.

Voltemos ao subsídio. O que é?

É um contrato. Por troca do apoio da SEC os grupos comprometem-se a fazer o que querem: a sua proposta de trabalho e a redução do valor real do custo do bilhete. Cumpriam é claro, certas obrigações.

Repare-se que situação idêntica se passa entre os GTI e o público: o bilhete.

é uma troca, um contrato entre uma entidade, o espectador, e outra, a que se obriga a apresentar o espectáculo tal e qual ele foi estudado, ensaiado e produzido.

É claro que depois tem de haver esse espectáculo, apresentado às horas anunciadas... O mesmo se passa portanto com a entidade que atribui um subsídio por concurso e para o qual estabelecem normas aceites pelos concorrentes.

Por último, não parece que a existência dos grupos dependa da vontade ou apoio da SEC. Casos há (e são bastantes) de grupos que vão sobrevivendo — mal e com grande sacrifício pessoal dos respectivos trabalhadores — a esta falta de apoio e poucos são aqueles que acabaram por falta desse subsídio.

Quem é um trabalhador da cultura e está voltado para uma tarefa importante, contribuir com a sua quota-parte para a transformação social a operar — não se deixa tomar dependente da vontade de governantes como os deste Governo Mota Pinto/PPD/CAP/CIP, que tão boas provas tem dado ao FMI na luta contra os trabalhadores portugueses.

Não parece também que o trabalho dos GTI e dos trabalhadores — seus camaradas de profissão — dos Teatros Nacionais seja conato. A cada um compete uma missão específica e complementar, desde que na frente do mesmo, saibam estar com e na luta dos outros trabalhadores pela construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

Os trabalhadores, os sindicalistas compreenderam a importância do acesso à criação cultural e teatral, formando grupos de teatro amador em empresas e sindicais, e à sua fruição, englobando essa reivindicação no seu caderno reivindicativo. Porque o homem culto é mais livre.

É por isso que os trabalhadores não devam morrer os Grupos de Teatro Independente, que para eles querem trabalhar, levando-lhes o teatro de que eles precisam.

É por isso que há teatro independente, independentemente...

MANUEL MARCELINO

CINEZ&A

## FILME E IDEOLOGIA

**T**ODO o criador artístico, nomeadamente o criador do filme, com maior ou menor empenho, implícito ou explicitamente, jamais poderá fugir a uma tomada de posição ideológica perante a vida. Num mundo em transformação profunda, onde a luta de classes se impõe como a sua realidade mais evidente, é uma utopia pensar-se que o criador artístico poderá escapar ao compromisso ideológico que cada conjuntura histórica, com as suas estruturas económicas e políticas, determina.

Sendo assim, é evidente que o criador de filmes terá que ter uma opinião sobre a natureza dos fenómenos sociais e humanos que se inserem nas relações económico-políticas que caracterizam a sua época. Quando ele procede à criação de filmes, e sobretudo numa arte essencialmente narrativa como é a do cinema, terá que trabalhar com imensos elementos concretos da vida, que ele busca no conhecimento que tem do mundo que o cerca. E este conhecimento pode assumir aspectos diversificados.

A interpretação do mundo

que o criador de filmes propõe, segundo o grau e natureza dos seus conhecimentos, segundo a orientação e profundidade da sua cultura e ainda segundo a sua tendência política, com a consequente opção de classe, constitui o conteúdo ideológico do filme. Desse modo, o filme, enquanto produto simultaneamente comercial e artístico, é, em última instância, também um produto ideológico.

Com maior ou menor liberdade, que depende das condições sociais em que trabalha, nenhum artista criador de fil-

mes, consciente da função cultural que historicamente deve assumir a arte cinematográfica, poderá lutar-se a orientação ideológica do conteúdo que pretende exprimir.

Na batalha pela constituição de um cinema interviniente, que reflita com justeza a vida nas suas múltiplas contradições, o autor de filmes tem grandes responsabilidades como criador, na medida em que pode proceder ao falsamento, ou não, dos elementos concretos da realidade.

Se a maioria da produção cinematográfica, de má ou boa qualidade artística, está empenhada (por razões já referidas anteriormente nestas páginas) na divulgação de princípios ideológicos que falsam constantemente o sentido da vida, não podemos esquecer, apesar disso, a existência de autênticos autores que, na maioria das vezes, em condições sociais adversas, lutam pela constituição de uma arte digna e consciente das suas possibilidades presentes e futuras.

O verdadeiro artista não pode ignorar a vida. Cremos, como o crítico marxista americano John Howard Lawson, vítima do período sombrio da «caça às bruxas» macarthysta, que «o artista que teme a vida está perdido».

DAVID LOPES



Luchino Visconti, um dos maiores realizadores do nosso tempo. Com o seu imenso talento, este criador de filmes, aristocrata de origem, fazendo uma opção ideológica de classe, lutou desde os tempos do fascismo italiano pela criação de um cinema interviniente, sempre com uma visão progressista do sentido da história e da luta de classes. Já aqui referimos dois importantes filmes dele sobre o mundo do trabalho que passaram na RTP: «A Terra Tremeu» e «Rocco e os seus irmãos».



opção da verticalidade assumida. É o caso de Manuel Ribeiro, alentejano que acrescentou ao seu nome o da localidade onde nasceu-Pavia.

Desenhador de grande mérito e profundamente enraizado no seu povo, trouxe também um contributo novo ao aspecto gráfico das capas de livros da época, sempre de autores progressistas, onde retratava os anónimos ganhôes, malteses e jornaleiros, desde sempre os mais explorados trabalhadores do país, dignificando-os através da sua arte e colaborando assim na resistência cultural organizada contra o fascismo.

Manuel Ribeiro de Pavia, que foi buscar ao povo a razão de ser da sua arte, denunciava publicamente os oportunistas que serviam e se serviam da política cultural radicada no SNI, desmistificava os pseudovalores que se

acobertavam por detrás de um elitismo decadente. Por isso era considerado de trato difícil, passou fome e morreu na extrema miséria.

Nos últimos anos de vida, capitalistas bem informados adquiriram por quantias irrisórias maços (!) dos seus desenhos que hoje guardam ciosamente, na certeza de serem possuidores de um autêntico tesouro da cultura nacional.

Mas enquanto os mesmos falsos vanguardistas (agora chamados de operadores estéticos) procuram novas vias e novos clientes para o seu extremo oportunismo, caminhando do lixo da História da Arte, Manuel Ribeiro de Pavia continua muito vivo na nossa memória pelo seu exemplo de artista vertical e resistente antifascista.

LUIS SUAREZ

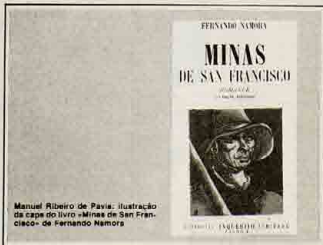
## MANUEL RIBEIRO DE PAVIA UM ARTISTA DA RESISTÊNCIA

**A** pesar do marginalizados, sem quaisquer direitos sociais, sem um estatuto mínimo que lhes garantisse a sobrevivência, os artistas plásticos portugueses deram sempre a sua contribuição própria para a resistência e o combate ao fascismo.

É certo que uma minoria se aproveitou das necessidades de fachada cultural da ditadura, colaborando directa ou indirectamente na manutenção daquela fachada ou refugiando-se em posições classistas, individuais ou de pequenos

grupos, que apenas possuíam de comum o apoio de certos «críticos» e a adopção de correntes estéticas da «moda» artística europeia no momento; a lista das subserviências e compadrios desta minoria, que se julgava privilegiada e acima da classe e que mais não era que o veículo da colonização cultural dos grandes centros europeus, será um dia denunciada.

Entretanto, muitos outros artistas plásticos recusaram esta facilidade de relações com o Estado Novo, pagando bem caro a



Manuel Ribeiro de Pavia: ilustração da capa do livro «Minas de San Francisco» de Fernando Namora





# DO DESPORTO CORPORATIVO AO DESPORTO DOS TRABALHADORES



**A** ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, através das actividades de cultura física e de desporto, é uma das importantes lareiras decididas pelo Congresso de Todos os Sindicatos, consagrada no Programa de Acção da CGTP-IN e, mais recentemente, apontada na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical. Quer isto dizer que cabe ao Movimento Sindical, através das suas estruturas representativas — Federações, União Sindicatos e organizações de empresa ou local de trabalho — a promoção, coordenadora e dinamizadora de actividades culturais, desportivas e recreativas.

No caso concreto do desporto, perspectivado no desenvolvimento harmonioso e equilibrado do Homem, na garantia de melhores condições de

saúde e de uma mais profunda inserção no processo geral de socialização, ele assume funções compensatórias e recuperadoras do desgaste diário no trabalho produtivo, tanto mais importantes quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas, sejam quais forem as relações sociais de produção.

A sua repercussão na capacidade dos trabalhadores traduz-se num aumento individual de produção, isto é, de mais-valia, que o sistema capitalista canaliza e quantifica em termos de exploração dos próprios produtores.

Observa-se assim a necessidade imediata de controlo do desporto dos trabalhadores — este, entendido como uma parte do fenómeno desportivo na sua globalidade e não como um subdesporto — pelas suas organizações, conducentes a uma política de cultura física e desporto que colha o máximo de benefícios reais que advêm para os trabalhadores em termos individuais e colectivos e desenvolva acções de carácter formativo, pedagógico e reivindicativo, integradas no movimento global para a defesa e consolidação da democracia, na via para a construção de uma sociedade socialista.

Tais acções retirarão progressivamente das mãos da classe dominante, do capital, do patro-

nato, um «instrumento de propagação e difusão de valores ideológicos, morais e estéticos», alheios aos interesses dos trabalhadores (certos espectáculos desportivos; indústria dos tempos li-

vres), com características do desporto corporativo promovido pela ex-FNAT e que o INATEL dos últimos tempos procura fazer reverter.

ÁLVARO ESTEVES



## Lições populares de matemáticas



**editora MIR**  
moscovo

Álgebra Extraordinária Yaglom	preço - 37\$30
Curvas Maravilhosas Markushévich	preço - 88\$70
Desigualdades Korovkin	preço - 30\$40
Divisão de Figuras em Partes Menores Boltanski Golberg	preço - 69\$00
Divisão de um Segmento En La Razón dada Beskin	preço - 33\$00
Elementos de La Teoría De Los Juegos Vántsel	preço - 30\$40
Indução en La Geometría Golovina - Yaglom	preço - 62\$10
La Envolvente Boltanski	preço - 39\$30
Los Algoritmos Y La Resolución Automática de Problemas Trajtenbrot	preço - 56\$70
Problemas Elementales de Máximo Y Mínimo Natanáson	preço - 41\$40
Proyección Estereográfica Rosenfeld - Sergeeva	preço - 24\$20
Qué Es La Programación Lineal Bárgov	preço - 56\$70
Representación de Figuras Especiales Beskin	preço - 41\$40

### NOVIDADE

Triângulo de Pascal  
V. A. Uspenski Preço - 17\$50

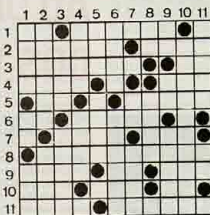
CDV a distribuição

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA  
AV. SANTOS DUMONT, 57-C LISBOA-1  
NOTA DE ENCOMENDA

NOME .....		
MORADA .....		
LOCALIDADE .....		
DESEJO RECEBER OS SEGUINTE LIVROS		
N.º Ex.	TÍTULOS	PREÇO
PARA O RESPECTIVO PAGAMENTO ENVIO ESC 500 EM CHEQUE/VALE DE CORREIO SOBRE BANCO/ESTAÇÃO DE		
N.º CORREIO		

# Passatempo

PROBLEMA N.º 26



#### HORIZONTAIS

- 1 Preparação: Acto de defender
- 2 Borna de pedinte; Coatura
- 3 Gorgejo; Surtido de agente
- 4 Peça em que trabalhavam escravos; Repetição de um som
- 5 Clérigo; especialista indiana
- 6 Peleira; Troças
- 7 Faça mover para si; Oxido de cálcio
- 8 Substância popular
- 9 Maltrapilho; nesse lugar; Gasta
- 10 Vazio; cominhada; Antes do meio-dia (abrev.)
- 11 Liso; Espéssas

#### VERTICAIS

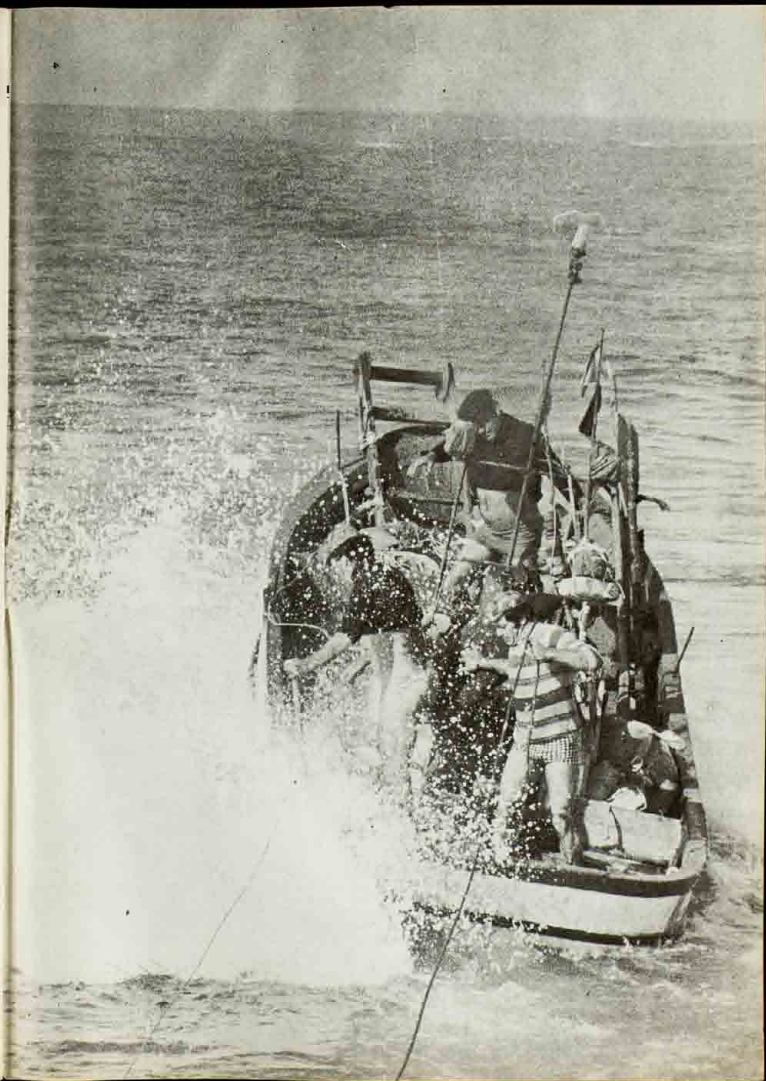
- 1 Pronome demonstrativo; Pala; Grande quantidade
- 2 Aquela que está unido a uma mulher pelo lado contrário; parte de um porto
- 3 Referência a um troche; Mentiras
- 4 Proprietário; Direcção
- 5 Pronome pessoal; Que se não move
- 6 Sina; Mensagem
- 7 Aqui; Graçasavam
- 8 Sociedade de consumo (abrev.); Aversão
- 9 a ele; Também antigo; Recus
- 10 Ambição máxima dos trabalhadores de todo o mundo
- 11 Massa de cor; pez o cobo; Igualdade em farmacia

## SOLUÇÕES

1 Furo; Pez  
2 Furo; Pez  
3 Escarvo  
4 Escarvo  
5 Escarvo  
6 Escarvo  
7 Escarvo  
8 Escarvo  
9 Escarvo  
10 Escarvo  
11 Escarvo

HORIZONTAIS  
1 Escarvo  
2 Escarvo  
3 Escarvo  
4 Escarvo  
5 Escarvo  
6 Escarvo  
7 Escarvo  
8 Escarvo  
9 Escarvo  
10 Escarvo  
11 Escarvo

VERTICAIS  
1 Escarvo  
2 Escarvo  
3 Escarvo  
4 Escarvo  
5 Escarvo  
6 Escarvo  
7 Escarvo  
8 Escarvo  
9 Escarvo  
10 Escarvo  
11 Escarvo



**8 DE MARÇO**

**DIA  
INTERNACIONAL  
DA  
MULHER**



alavancas

DIZI  
EC

a  
o a  
aa-  
da  
va,  
ão  
nar  
ção  
bes  
em  
de  
a e  
er-

ni-  
bes  
m-  
co-  
da-  
nu-  
de  
por  
ção  
que  
em  
os  
do  
ção  
es,  
tro-

o e  
para  
da  
au-



alavancas CGTP-IN

# UNIDADE DEMOCRACIA PARTICIPAÇÃO



1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

# "ESTE É O CAMINH O

«Este é o caminho certo e seguro para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático e das conquistas dos trabalhadores portugueses» — afirmou o camarada Armando Teixeira da Silva, secretário nacional executivo da CGTP-IN, ao fazer o balanço final da I Conferência Nacional de Organização Sindical que, durante dois dias, a 17 e 18 de Fevereiro, reuniu no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, mais de um milhar de delegados de 294 organizações sindicais, representativas de mais de 1 800 000 trabalhadores.

A Conferência, realizada por iniciativa da CGTP-IN e preparada intensamente em milhares de reuniões de trabalhadores, analisou profundamente quase todas as questões relacionadas com a organização sindical e definiu as tarefas que, neste campo, urge cumprir com determinação e entusiasmo, no seio de cada associação sindical e em todo o país.



A I Conferência Nacional de Organização Sindical representou «o maior e mais sério esforço realizado até hoje pelo movimento sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar das soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional» — concluíram os delegados, ao aprovarem, perto do encerramento dos trabalhos, o texto da resolução que condensa as orientações encontradas no debate.

A resolução foi aprovada depois de pela tribuna dos oradores terem passado, sucessiva e ininterruptamente, ao longo de mais de 17 horas de debate, 109 dos 312 delegados que se inscreveram para falar.

Ano deixarem o Pavilhão dos Desportos, em termo dos trabalhos, em ambiente de festa e com reforçada disposição de luta os delegados tinham justamente a consciência tranquila de terem dado o importante contributo para o reforço da organização sindical no nosso país e, por via disso, para a dinamização do traba-

lho sindical, instrumento imprescindível à luta por um futuro mais justo e mais fraterno.

## «Trabalhámos bem»

«Vendo agora, em rápido releance, o trabalho realizado, podemos ter orgulho de ler trabalhado bem: da maneira como os trabalhadores que nos elegeram de nós esperam e confiam» — declarou, na intervenção final, o camarada Armando Teixeira da Silva.

«Trabalhámos bem. Praticámos a mais ampla democracia nos debates e deliberações. Demos uma grande prova de não sectarismo e de abertura às opiniões diferentes. Mostrámos firmeza, dignidade quando não respondemos a provocações caluniosas que alguns ainda persistem em fazer» — disse, para acrescentar:

«Estamos seguros» — concluiu — «que, se soubermos levar à prática as conclusões da Conferência, o divisionismo será derrotado. A CGTP-IN continuará, como

as conquistas de Abril e lutar pelo socialismo».

agora, a ser a única central sindical dos trabalhadores portugueses. E este é o caminho certo e seguro para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático e das conquistas da nossa Revolução. A unidade será defendida e alargada».

O camarada Armando Teixeira havia começado a sua intervenção recordando os objectivos previamente fixados para a Conferência e realçando a íntima ligação entre o reforço da organização sindical e a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e pela defesa das conquistas alcançadas com a Revolução de Abril.

«A discussão e análise destes temas e os contributos que ao longo da discussão se foram acumulando» — disse — «mostram que os trabalhadores portugueses compreendem a íntima ligação e interdependência entre a luta por melhores condições de vida e o reforço das suas estruturas organizativas, com o aperfeiçoamento do aparelho sindi-

cal, com a adopção de medidas, em suma, que lhes permitam fazer frente com tenacidade e eficácia às investidas do patronato reaccionário português e estrangeiro».

## «Unidade é factor decisivo»

«A unidade entre os trabalhadores é e continua a ser o factor decisivo» — declarou o camarada.

A CGTP-IN, «na medida em que representa uma das mais sérias e eficazes barreiras à política do recuperacionismo capitalista, do poder dos agrários que nada fazem, e, para os que estão representados no Governo, um inimigo a abater» — advertiu.

«É por isso — acrescentou — que «a unidade é decisiva e a organização, que acabamos de discutir e analisar, é impenosa».

Não é pois por acaso que é agora que surge, «de forma mais acalante e propagandística», a tentativa de dividir o movimento sindical.

# ...O CERTO"

«O combate a essas tentativas» — exortou o secretário executivo da CGTP-IN — «Tem de ser dado sem freguêças».

Contudo, notou, «não seria assim se os seus objectivos fossem, como deviam ser, a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, a melhoria da sua qualidade de vida, o direito ao trabalho, o reforço da sua organização nas empresas e nos sindicatos». Mas, se fossem estes os objectivos dos divisionistas, «decerto que não se teriam lançado naquela cruzada divisionista».

Com efeito — esclareceu o camarada Armando Teixeira da Silva — «não é a ausência ou o impedimento de condições democráticas de debate no nosso seio que explicam as atitudes dos divisionistas». É preciso dizer de uma forma clara: «há grandes e substanciais diferenças entre nós e eles. As diferenças não são as que eles dizem. Quem as quiser conhecer, fica elucidado se se der ao trabalho de ler o compoamente chamado *caderno reivindicativo* saído da sua propaganda reunião do Porto».

Elaborado numa «linguagem de gabinete», que «reflete bem a mentalidade elitista de quem o concebeu», o texto em questão «deixa a nu o desprezo pelas grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores». As nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário «são deturpados para o caixote do lado» e «quase se pede desculpa dos trabalhadores terem ultrapassado os seus limites e de terem posto em causa o sacrossanto poder do capital».

«Continuamos a acreditar e a lutar» — prosseguiu — «por manter a unidade orgânica do Movimento Sindical». Mas ela não pode ser utilizada — advertiu — como «chantagem para atastar o Movimento Sindical dos trabalhadores», que são a sua razão de ser».

A unidade, afirmou depois o dirigente da CGTP-IN, «é para nós tão importante como a defesa do nível de vida dos trabalhadores, como o combate ao desemprego e à repressão patronal nas empresas, como defender a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, como defender a Constituição de Abril».

## «Não pactuaremos»

Numa outra passagem da sua intervenção, o camarada Armando Teixeira da Silva analisou os efeitos da política de direita posta em prática pelo Governo e reafirmou a oposição do Movimento Sindical Unitário ao executivo de Mota Pinto.



Depois de denunciar aspectos concretos da política do IV Governo — a «imbecilidade», a demagogia, a «perseguição violenta desencadeada contra a Reforma Agrária», os atentados contra os direitos e liberdades sindicais, o agravamento do custo de vida, a limitação dos aumentos salariais, o novo imposto sobre o 13.º mês e outros — o camarada Armando Teixeira da Silva afirmou:

«Em primeiro lugar, estas

medidas foram tomadas em total desrespeito e menos prezo pelas propostas concretas e realistas apresentadas pelo Movimento Sindical Unitário».

«Em segundo lugar, o Governo mais uma vez não cumpriu a Constituição e a lei, não tendo consultado o Conselho Nacional do Plano nem o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, impedindo assim as organizações sindicais lá representadas por vontade unânime de exprimir a sua opinião e a posição dos trabalhadores».

Em terceiro lugar, mas não menos importante, uma interrogação: «porquê e para quê se pretende insistir nas mesmas medidas e receitas concebidas pelo FMI, quando já todos vimos que elas não resolvem, antes agravam, os já graves problemas económicos do país?»

«Não chega a triste experiência destes três últimos anos para demonstrar que esta política não interessa ao povo e ao país e só interessa às multinacionais e ao grande capital, que se preparam para receber de mão beijada milha-

mento, por parte dos sucessivos governos, dos compromissos que assumiram perante a Assembleia da República e o Povo», e o desprezo manifestado por esses governos em relação aos pontos de vista dos trabalhadores têm demonstrado que «é fundamentalmente com a luta de massas» que estes devem contar, como forma de defenderem os seus interesses de classe.

«É esse, camaradas, o caminho de luta que a CGTP-IN aponta para os trabalhadores» — afirmou, vivamente apoiado pelos delegados e convidados a Conferência.

Assim — concluiu — «devemos tornar claro desde já que não pactuaremos e repudiamos as gravosas medidas que o Governo propôs à Assembleia da República e que iremos actuar nas fábricas, campos, oficinas, escritórios e na rua, por todas as formas constitucionais, para que elas não sejam aplicadas».

«Não devemos alimentar falsas expectativas de que os nossos problemas sejam re-

res de contos pela exploração de que eram responsáveis?» — continuou a interrogar.

Mais adiante, Armando Teixeira da Silva recordou que o movimento sindical sempre considerou e continua a considerar que «o diálogo com os órgãos do poder, feito com espírito construtivo e aberto», é um «caminho útil e desejável para que os problemas dos trabalhadores possam ser solucionados».

Porém, «a falta de cumpri-

solvidos do maneira fácil com uma única forma de luta. Terá que ser uma luta tão persistente e determinada como variada, e a todos os níveis: empresa, sindicatos, sectores de actividade e a nível nacional».

«Os trabalhadores portugueses — garantiu o camarada Armando Teixeira da Silva, a terminar — têm organização, consciência e combalidade para lutarem e vencerem os seus inimigos».

# RESOLUÇÃO

A I Conferência Nacional de Organização Sindical representa «o maior e mais sério esforço realizado até hoje pelo Movimento Sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar das soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional» — concluíram os delegados à Conferência, ao aprovarem a *resolução final*, posta à votação pouco antes do encerramento dos trabalhos.

Considerando que a organização sindical é uma tarefa «constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante, que a todos compete», os delegados definiram, na *resolução*, as metas a alcançar neste campo.

Pela sua importância, e atendendo a que se trata de um instrumento valioso de trabalho, que é necessário difundir e levar à prática, transcrevemos de seguida a *resolução* na íntegra:

A realização da I Conferência Nacional de Organização Sindical demonstrará a vitalidade e capacidade do Movimento Sindical Unitário para, mesmo na actual situação de agravamento das condições de vida e de trabalho e de luta dos trabalhadores, pela defesa dos seus direitos e das conquistas do 25 de Abril, realizar um amplo trabalho de massas e um debate profundo das questões organizativas que se colocam ao Movimento Sindical e aos trabalhadores.

A I Conferência Nacional de Organização Sindical representa, até hoje, o maior e o mais sério esforço realizado pelo Movimento Sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar das soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional. A Conferência fez um balanço, o mais completo possível, do estado actual da organização sindical e das transformações realizadas desde o 25 de Abril.

A I Conferência Nacional de Organização Sindical permite discutir mais uma vez os princípios orientadores do Movimento Sindical Unitário. Da discussão realizada, ficou mais claro para todos a justiça e correcção desses princípios que fazem do Movimento Sindical Unitário um

movimento de classe, de massas, independente, democrático e unitário.

A I Conferência Nacional de Organização Sindical reforçou a compreensão de que a organização sindical é uma tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante, que a todos compete: dirigentes, activistas e trabalhadores. A organização sindical, os métodos de trabalho e o funcionamento das estruturas não podem desligar-se das tarefas concretas de todos os dias e são o meio indispensável para que se alcancem os objectivos definidos pelo Movimento Sindical.

A I Conferência Nacional de Organização Sindical, com vista ao reforço da unidade, aprofundamento da democracia e aumento da intervenção dos trabalhadores na vida sindical, definiu tarefas fundamentais, prioritárias e imediatas da organização sindical, que correspondem à aplicação dos princípios fixados pelo Congresso de Todos os Sindicatos, tendo em conta a evolução verificada desde então e os problemas novos que entretanto surgiram.

Essas tarefas, podem e devem ser postas em prática desde já por todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais e trabalhadores em geral e são as seguintes:

## I — Reforçar a organização sindical na empresa

Promover a eleição de delegados sindicais pelos trabalhadores e alargar a rede de delegados sindicais.

Institucionalizar a secção sindical em todas as empresas onde seja possível e necessário, de acordo com a planificação a fazer desde já a nível de cada sector. Promo-

ver a Constituição da Comissão Intersindical da Empresa, a quem caberá a coordenação da actividade sindical na empresa.

Exercer efectivamente os direitos da acção sindical nos locais de trabalho, sem perder de vista a necessidade de alargar esses direitos.



## II — Criar formas de organização descentralizada dos Sindicatos

Alargar a acção do Sindicato a todos os locais de trabalho abrangidos na sua área geográfica mesmo às zonas mais distantes da sua sede.

Criar formas de organização dos trabalhadores das diferentes regiões, abrir delegações, eleger secretariados de zona, institucionalizar a Assembleia Regional dos Trabalhadores para tratar de assuntos específicos da região e a Assembleia Regional de Delegados.

## III — Dinamizar a verticalização sindical

Definir em concreto programas de acção, sectores e organizações a verticalizar, etapas, objectivos e respectivos prazos, para levar a cabo a verticalização.

Promover a Constituição, através da transformação dos Sindicatos profissionais, dos Sindicatos de ramo de actividade, que agrupem os trabalhadores exercendo a sua ac-

tividade no mesmo sector económico, independentemente da sua profissão.

Transformar as Federações existentes em Federações de ramo de actividade e criá-las nos sectores onde ainda não existam.

Realizar as fusões e outras alterações de âmbito que se mostrem necessárias.

## IV — Reforçar e desenvolver as organizações sindicais de coordenação intermédia: as Federações e Uniãoes

Alargar o papel de coordenação e de intervenção das Federações e Uniãoes nos vários domínios da actividade sindical.

Centralizar e coordenar através das Federações e Uniãoes, as tarefas que sejam

comuns ao conjunto dos Sindicatos do mesmo ramo de actividade ou da mesma região, poupando esforços, economizando meios e garantindo uma acção coordenada e planificada a nível mais geral.



## V – Estruturar a organização interna e funcionamento das associações sindicais

Fazer com que a organização administrativa e técnica e os meios financeiros sirvam com eficácia os objectivos das tarefas do Movimento Sindical, e não o inverso, impedindo-se a burocratização.

Para isso impõe-se:

- assegurar uma execução mais eficaz das tarefas; formar quadros e aproveitar integralmente os qua-

- dros disponíveis;
- centralizar meios humanos e técnicos;
- racionalizar a utilização dos equipamentos existentes;
- assegurar uma cobrança eficaz da quotização;
- praticar uma gestão criteriosa dos fundos, por objectivos político-sindicais, na perspectiva do reforço da acção sindical.

## VI – Desenvolver a organização das mulheres, dos jovens, dos reformados e dos desempregados



aos vários níveis da organização sindical, em torno dos seus objectivos específicos

Criar Departamentos específicos aos vários níveis da estrutura sindical e apoiar as formas próprias de organização dessas camadas, divulgando e apoiando as lutas em curso.

## VII – Aprofundar a democracia interna e a participação dos trabalhadores no Movimento Sindical

Assegurar e institucionalizar o funcionamento das Assembleias Gerais de modo a garantir a todos os trabalhadores o direito de apresentarem as propostas e moções que entenderem convenientes e de as verem divulgadas, discutidas

e adoptadas em plano de acção. Criar meios para assegurar a todos os trabalhadores a possibilidade efectiva de participarem nas Assembleias Gerais.

Pôr em prática sistemas de votação nos locais de trabalho sempre que eles assegurarem a

prática efectiva da democracia sindical.

Alargar os poderes e a intervenção da Assembleia de Delegados Sindicais.

Criar Comissões Técnicas e Profissionais com o objectivo

de dar resposta a problemas específicos dos diversos sectores profissionais, particularmente dos quadros técnicos.

Institucionalizar o Congresso como órgão máximo das Federações.

## VIII – Realizar e aperfeiçoar a formação sindical de dirigentes, a todos os níveis, delegados sindicais e trabalhadores em geral

As tarefas prioritárias, a levar à prática, desde já, são as seguintes:

- criação de estruturas (departamentos, pelouros, secções, etc.) de formação sindical em todos os organismos do Movimento Sindical;
- formação acelerada de monitores, recrutados entre os quadros sindicais e os quadros técnicos do Movimento Sindical, que a curto prazo adquiram conhecimentos mínimos para dirigir e

ministrar pequenos cursos de formação;

- realização de cursos de pequena duração (entre 2 e 4 dias) para dirigentes e delegados sindicais;
- realização de pequenos cursos e colóquios de formação sindical de massas;
- incentivar a Campanha Nacional de Fundos como uma importante forma de obter os meios necessários para o lançamento da Escola Sindical.

## IX Combater e derrotar o divisionismo e o cisionismo sindicais

Desmascarar o seu carácter de traição de classe e de conluio com os inimigos dos trabalhadores e das conquistas populares do 25 de Abril, com o imperialismo e com o grande patronato que pretende a restauração do poder económico e político monopolista, a intensificação da exploração dos trabalhadores e a destruição dos seus direitos e liberdades.

Conduzir uma política de unidade sem discriminações nos locais de trabalho a partir dos interesses comuns de classe, de crítica fraterna e esclarecimento aos trabalhadores, irmãos de classe, ludi-dios pelo divisionismo ou que tenham reservas face ao Movimento Sindical Unitário, de estrutura e de funcionamento.

Por forma a alargar a base de apoio ao Movimento Sindical Unitário e reduzir ainda mais a base de apoio potencial da divisão e da cissão.

Combater activamente a

desindustrialização que os divisionistas criminosamente fomentam, e tomar medidas práticas para aumentar o número de trabalhadores sindicais.

Lutar nos Sindicatos controlados por forças divisionistas para manter os princípios e normas democráticas de funcionamento, para derrolar e isolar o divisionismo, pelo reforço da participação sindical e pela defesa efectiva dos interesses dos trabalhadores representados, certos do que este é o caminho para alterar a situação desses Sindicatos e reforçar o Movimento Sindical Unitário.

Levar à prática consequentemente, e sem hesitações, de acordo com os princípios de

unidade e de participação, a organização e melhoria do funcionamento das associações sindicais, a verticalização, o reforço da democracia sindical e da participação dos trabalhadores na vida sindical.

# ALARGAR A UNIDADE REFORÇAR A DEMOCRACIA

«A prática do Movimento Sindical Unitário, quer a nível interno, quer na actividade internacional, tem sido a de fomentar a cooperação, o entendimento e a unidade na acção, para a defesa dos comuns interesses de classe de todos os trabalhadores» — afirmou o camarada Kalidás Barreto, secretário nacional executivo da CGTP-IN, na intervenção que marcou o início da discussão, na conferência, sobre os princípios orientadores da actividade do Movimento Sindical.

A unidade, problema a que o camarada Kalidás Barreto, na sua intervenção, deu especial destaque, é exactamente um dos princípios básicos em que assenta a actividade do Movimento Sindical Unitário.

O Congresso de Todos os Sindicatos, de Janeiro de 1977, caracterizou o movimento sindical e a sua expressão organizada de tipo superior, a CGTP-IN, como um movimento unitário, democrático, independente, de massas e de classe.

Dois anos passados sobre a realização do congresso, os princípios orientadores da actividade sindical continuam a constituir tema de permanente reflexão, que os trabalhadores portugueses cultivam e quotidianamente levam à prática, nas suas organizações de classe. Prova disto é o interesse demonstrado pelos delegados à conferência pela sua discussão, facto de que é expressão o significativo número de inscrições para inter-



venções, que ascendeu a 37. Devido ao pouco tempo disponível, porém, apenas 14 delegados puderam intervir.

## Unidade e democracia

«Se alguma coisa foi bem debatida e profundamente sentida, nesse marco histórico que foi o Congresso de Todos os Sindicatos, isso foi, sem dúvida, o problema da unidade» — começou por recordar, na sua intervenção, o camarada Kalidás Barreto.

«A unidade» — acrescentou — «não é um conceito vago. A unidade é dialéctica, é progressista, é dinâmica. Exige discussão, abertura, diálogo. Unidade não é aceitar cegamente. É discussão aberta e leal; é chegarmos a acordo, cedendo mutuamente em nome dos interesses essenciais, sem abdicarmos das questões de princípio.»

Nestes termos, como afirmou ainda o secretário executivo da CGTP-IN, «a unidade constrói-se diariamente, desde a fábrica ao topo do movimento sindical, e terá que ser uma preocupação constante». A unidade «será tanto mais fácil quanto maior for a consciência de classe dos trabalhadores, porque está na sua razão directa».

Mas a unidade entre todos os trabalhadores e o movimento sindical está intimamente ligada à prática da democracia. Como afirmou o camarada Kalidás Barreto, «a unidade é tanto maior quanto maior for o respeito e o cumprimento da democracia sindical».

A democracia sindical tem, na verdade, um conteúdo de classe e exprime-se «no reconhecimento do direito de participação activa de todos os trabalhadores na vida sindical, no reconhecimento de que a participação activa é, também, um dever de todos os trabalhadores, na igualdade de direitos e deveres de todos os associados de eleger e ser eleito, no direito de criticar livremente a actuação da associação sindical e dos seus órgãos, no direito de cada associado expressar livremente todos os seus pontos de vista no seio do movimento sindical».

O carácter democrático do movimento sindical, conforme o camarada Kalidás Barreto também recordou, «é uma consequência da sua actividade de massas e da prática efectiva da liberdade de expressão e discussão, que permite que, partindo de posições iniciais diversas, se cheguem muitas vezes a consenso».

Quanto à Independência, ela tem a sua expressão no facto de os trabalhadores e respectivas organizações tomarem as suas decisões «com total autonomia em face do patronato, do Estado, das confissões religiosas, dos partidos políticos ou de qualquer agrupamento de natureza não sindical».

## Movimento de massas e de classe

«Somos um movimento sindical de massas e de classe» — afirmou o camarada Kalidás Barreto, continuando a sua intervenção — «porque assentamos toda a nossa tática e estratégia em princípios democráticos que garantem e asseguram a participação activa dos trabalhadores na definição dos objectivos e formas de luta».

O reconhecimento da solidariedade de interesses existente entre os trabalhadores de todo o Mundo é do papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade; a defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem; a promoção do nível de consciência sindical dos trabalhadores e da sua participação em todas as tarefas e níveis de organização sindical; e a recusa de qualquer tentativa de subordinação dos interesses da classe trabalhadora a interesses que lhe são estranhos — são factores que, recordou o camarada Kalidás Barreto, «asseguram o carácter de classe do Movimento Sindical Unitário português».

É este conteúdo de massas e de classe — acrescentou — que «faz sair as massas para a rua, que faz avançar os processos democráticos, que faz recuar os projectos da burguesia».

# REESTRUTURAÇÃO É URGENTE

«No contexto político-sindical conturbado em que temos vivido nestes últimos anos, no qual os trabalhadores têm sido constantemente chamados a responder às ofensivas das forças da direita e do imperialismo, julgamos poder afirmar que muito se fez» — afirmou o camarada Antero Martins, ao intervir sobre a actual estrutura da organização sindical.

A intervenção do camarada Antero Martins consistiu, em si mesma, um pomposo balanço da actual situação do Movimento Sindical.

Segundo afirmou aquele di-



rigente da CGTP-IN, a proposta-síntese da comissão nacional organizadora (CNC) da Conferência faz o balanço, «tão completo quanto possível», da situação da organização sindical e a sua evolução durante o fascismo e das profundas transformações levadas a cabo após o 25 de Abril. Destas transformações, o camarada Antero Martins destaca a constituição de 57 novos sindicatos pelos trabalhadores que até então viam coartado o seu direito de se associarem e organizarem; a extinção, por integrações, de 47 sindicatos; a reestruturação das federações existentes e a constituição de outras; e a constituição da rede das uniões distritais e locais (antes in-existent).

Temos hoje — conforme revelou o camarada Antero Martins — 348 sindicatos, «a esmagadora maioria dos quais não verticalizados». Em alguns sectores encontramos sindicatos com «um muito pequeno número de trabalhadores» (note-se que existem 119 sindicatos com menos de mil

trabalhadores) e «com deficientes meios económicos, em que a acção sindical é por essas razões extremamente dificultada. Por outro lado, a percentagem de dirigentes sindicais a tempo inteiro é muito reduzida e a percentagem de delegados sindicais «está longe de corresponder às necessidades de descentralização da actividade sindical». Também o número de comissões intersindicais é muito baixo.

Todas estas deficiências — afirmou o camarada Antero Martins — «apontam a urgência de incentivar a verticalização; estudar e identificar em cada sector ou região tópicos e integrações a realizar; encontrar em cada caso a evolução mais adequada ao rápido fortalecimento da organização da empresa, de modo a podermos ultrapassar uma situação que não se compadece com as necessidades de hoje».

Mas a reestruturação do Movimento Sindical — advertiu o camarada Antero Martins — iniciou-se em Abril de 1974. Não podemos, pois, encontrar as receitas que, «de um momento para o outro, transformem radicalmente o Movimento Sindical português». Organizar — prosseguiu — «é uma tarefa complexa e permanente e que não pode perder nunca de vista o concreto, sob pena de criarmos irresponsavelmente esquemas inadequados que, em lugar de contribuírem para reforçar a unidade e a participação dos trabalhadores e a capacidade de intervenção das suas associações de classe com vista a assegurar a melhor defesa dos seus interesses, poderão conduzir a vazios organizativos, estruturas debilitadas e sem capacidade de resposta e à desmobilização das massas».

A ligação estreita dos dirigentes e activistas sindicais com os trabalhadores, a intervenção permanente e construtiva destes na vida das suas associações sindicais — em suma, a «interligação profunda do trabalho de organização com o trabalho de massas» — concluiu Antero Martins — «dar-nos-ão a garantia de que seguimos pelo caminho certo».

Assim, «reestruturar por reestruturar» é «uma perspec-

tiva incorrecta e perigosa»; reestruturar tendo em vista o maior reforço das associações sindicais e a sua melhor adaptação às tarefas primeiras dos sindicatos e que são a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores — de que não está desligada a defesa da unidade orgânica do Movimento Sindical, das conquistas de Abril, da Constituição da República e da democracia, hoje ameaçada — é a finalidade destes trabalhos».

## SINDICATOS EXISTENTES

SECTOR	N.º DE BIND.	N.º DE TRAB. SINDICALIZADOS
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	17	122 427
2. Pescas	13	21 069
3. Indústria Alimentar	35	76 716
4. Têxtil, Lãsticos Vestidúrio, Calçado e Curtumes	26	285 513
5. Indústria do Papel, Celulose, Gráfica e Cartagem	11	37 688
6. Indústria Química e Farmacéutica	5	68 244
7. Cerâmica, Cimento e Vidro	8	43 684
8. Construção Civil	26	236 883
9. Metalurgia, Metalomecânica e Minas	22	232 470
10. Electricidade e Material Eléctrico	4	57 614
11. Transportes	57	150 591
12. Comunicações	6	35 470
13. Hotelaria e Turismo	11	75 943
14. Banca e Seguros	5	63 841
15. Saúde e Segurança Social	11	33 003
16. Ensino	6	54 500
17. Comércio e Serviços	36	310 237
18. Função Pública	14	122 784
19. Outros	8	14 226
20. Diversos	26	55 160

# APROFUNDAR O DEBATE ALARGAR A UNIDADE

«A melhoria que, pelo nosso esforço, viermos a alcançar, no que respeita à definição e funcionamento dos órgãos das associações sindicais, além de assegurar um maior apetrechamento das associações sindicais e uma melhor articulação, vai contribuir, também, para o reforço constante da unidade dos trabalhadores, que assenta na garantia do funcionamento democrático dos seus órgãos de classe, a todos os níveis, e na acção diária, persistente e entusiástica, que os trabalhadores desenvolvam em torno dos seus problemas concretos, na defesa dos direitos conquistados e dos seus interesses comuns» — afirmou o camarada Álvaro Rana, da comissão executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, ao intervir, na Conferência, sobre este tema.

A discussão sobre os órgãos das associações sindicais e respectivo funcionamento e sobre a estrutura actual do movimento sindical ocupou os delegados à Conferência durante metade da segunda sessão do trabalho (dia 17, de tarde) e toda a terceira sessão (domingo, de manhã). O interesse demonstrado pelos delegados sobre estas questões reflecte-se no número de pedidos de intervenção: 142 intervenções que apenas 39 foram concretizadas.

Iniciando a sua intervenção

por estabelecer a ligação entre a formulação dos princípios orientadores da actividade sindical (designadamente o seu carácter massivo e democrático) e o funcionamento dos órgãos das associações, o camarada Álvaro Rana afirmou que «a prática tem demonstrado que o recurso a assembleias gerais descentralizadas tem sido muito positivo e tem conduzido a um aumento significativo da participação dos trabalhadores na actividade sindical, nomeadamente na afluência às assembleias».



A concretização de assembleias gerais descentralizadas — acrescentou — «tem de ser encontrada pelos sindicatos, em função do seu âmbito geográfico do desenvolvimento da sua organização regional e da distribuição dos trabalhadores pelos locais de trabalho».

O camarada Álvaro Rana defendeu depois a necessidade de dar especial atenção ao direito de cada trabalhador «poder apresentar as propostas e moções que entender convenientes» e à garantia de que essas propostas e moções «são divulgadas e discutidas pelos restantes trabalhadores».

Outra questão abordada foi a que se prende com as assembleias de delegados sin-



## ESCLARECER, DIS

«Em cada empresa um só sindicato» deve ser, não apenas uma palavra de ordem, mas antes «uma tarefa organizativa» — defendeu o camarada Manuel Lopes, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, ao intervir, perante os delegados à conferência, sobre a verticalização sindical.

O secretário executivo da CGTP-IN, na sua intervenção, começou por salientar a importância de se reforçar a organização sindical na empresa.

«Sendo o sindicato a estrutura base do Movimento Sindical, a empresa é a base da organização do Sindicato e, como tal, do Movimento Sindical» — afirmou a propósito o camarada Manuel Lopes, para continuar num apelo para que seja dinamizada a eleição de delegados sindicais e a criação de comissões inter-sindicais.

### Verticalização

No entanto, o objectivo central da intervenção da

quele dirigente da confederação foi a verticalização.

Verticalizar — «quer sindicatos, quer trabalhadores» — não é uma tarefa que dependa exclusivamente das direcções sindicais — advertiu o camarada Manuel Lopes. Ela implica também, «um amplo trabalho de esclarecimento, que não se resolve pela simples soma aritmética dos votos, mas igualmente uma autêntica evolução de mentalidades».

Verticalizar implica — continuou — que os sindicatos que requebrem trabalhadores «criem estruturas e órgãos que respondam eficazmente aos problemas profissionais dos trabalhadores que pas-

dicais, comprância, do sim res no onde apoio sindical rio na

O o defenção d'prolifer «corre quênc dar ra concide s'ndico respoc cificos repres design técnico

O a gaço cas — varo I grande que se estru vertice: es tratamos essas cessas

são a

Vert «não o sindic trabalh' s'ndico estrutu do acti tograr nível d' tos do estrutu

Son radas necess compo deixon nismos convet rias» a «ass na «sindic teressu na pa mos se de me nos»

Mas Manue vertica

dicais. E indispensável que compreendamos a importância que assume a ligação do sindicato aos trabalhadores nos locais de trabalho», onde assenta «a base de apoio de todo o movimento sindical» — afirmou o secretário nacional da CGTP-IL.

O camarada Álvaro Fiana defendeu, em seguida, a criação de comissões técnicas e profissionais, com vista a «corresponder às consequências da verticalização» e dar resposta aos problemas concretos da nova realidade sindical, nomeadamente «dar resposta aos aspectos específicos das diversas profissões representadas pelo sindicato, desagregando dos quadros técnicos».

O aperfeiçoamento dos órgãos das associações sindicais — concluiu o camarada Álvaro Fiana — depende, em grande medida, da «evolução que se vier a registar nas suas estruturas». Se o avanço da verticalização «vier a operar as transformações que reputamos indispensáveis» e se essas transformações se processarem no esperado sen-

tido de dotar o movimento sindical de «estruturas adequadas às necessidades dos trabalhadores», então — disse — «estará criado o campo propício a receber as alterações a introduzir nos órgãos e no funcionamento das associações sindicais».

## O referendo

No final da sua intervenção, o camarada Álvaro Fiana referiu-se, em concreto, à prática dos referendos e à institucionalização do chamado direito de tendência, pretendida por alguns dos opositores do Movimento Sindical Unitário.

Sobre o referendo, perguntou: «garante a discussão prévia dos problemas concretos dos trabalhadores? Permite o indispensável esclarecimento dos assuntos sobre os quais se vai votar? Contribui para a formação de uma vontade consciente, que quando profere o «sim» ou o «não» sabe e assume responsabilmente as implicações da sua decisão? Permite a apre-

sentação de uma proposta alternativa, isto é: além de um «sim» ou um «não» a uma das posições em confronto, de forma mecanizada admite a introdução duma proposta que avance uma posição intermédia ou uma solução mediadora em relação às que se confrontam? Tem em vista fomentar a participação directa, entusiástica e criadora dos trabalhadores na vida interna do seu órgão de classe? Tem até hoje fornecido quaisquer garantias quanto ao controlo e à regularidade da consulta?»

A resposta a estas questões deu-a o próprio orador: «Não, camaradas, os referendos, tal como têm sido utilizados no nosso país, têm visado, no essencial, a manipulação de trabalhadores mal informados, o desprestígio do movimento sindical, fomentar o divórcio dos trabalhadores dos seus sindicatos, impedir a elevação da consciência de classe... Ou, por outras palavras: os referendos «não são o convite à análise reflectida e responsável dos problemas que os trabalhadores enfrentam e funcionam exclusivamente com o

objectivo de acirrar aspectos secundários, procurando impedir o normal entendimento dos trabalhadores em torno das suas reais e comuns aspirações».

## O direito de tendência

Quanto ao direito de tendência, tal como o visiamos certos arautos da liberdade, na prática ele funciona! afirmou o camarada Álvaro Fiana — como «um meio de manter uma permanente contestação às decisões da maioria, às decisões obtocionalmente democráticas». Aliás, tal sistema «mais não constituiria do que um obstáculo à unidade dos trabalhadores, procurando inviabilizar a efectiva democracia sindical». Tal como o apresentam os seus apurados, o direito de tendência viria constituir «uma forma de exacerbar o sectarismo», não contribuindo minimamente para se consolidar a unidade do movimento sindical — concluiu o camarada Álvaro Fiana.

# R, DISCUTIR, VERTICALIZAR

são a integrar».

Verticalizar, por outro lado, «não é só fundir ou integrar sindicatos profissionais ou trabalhadores inscritos em sindicatos profissionais em estruturas sindicais por ramos de actividade». É também «integrar numa só organização a nível de todo o País os sindicatos do mesmo sector». Tais estruturas são as federações.

Sendo estruturas consideradas intermédias, «torna-se necessário reforçar as suas competências», para que elas deixem de ser «meros organismos da negociação de convenções colectivas sectoriais», para passarem também a «assumir um papel dirigente na orientação político-sindical, na orientação dos interesses económico-social, na participação nos organismos sectoriais, na economia de meios técnicos e humanos».

Mas — advertiu o camarada Manuel Lopes — para que a verticalização, a todos os ni-



veis, seja um facto, «temos de destruir os restos de regionalismos, de caciquismos, de elitismos ou profissionalismos existentes».

O camarada Manuel Lopes referiu-se também à importância de dinamizar os trabalhos unidos sindicais, distritais e locais.

«Torna-se necessário e imperioso» — declarou — que as uniões, «não só coordenem e dinamizem as estruturas sindicais da sua área», como «possam agarrar todo o conjunto de tarefas e frentes de luta ligadas aos problemas que, no local de residência, se colocam aos trabalhadores e a outras camadas da população».

## A Confederação

Finalmente, o camarada Manuel Lopes referiu-se ao papel da estrutura superior do Movimento Sindical, a Confederação

A CGTP-IL, como estrutura superior do Movimento Sindical português, «mantém hoje, tal como o Congresso de Todos os Sindicatos o apontou, a característica de serem as estruturas de base — os sindicatos — e não as estruturas intermédias — as federações e as uniões — que definem a sua linha de orientação, o seu programa de acção, os seus estatutos e que elegem os seus dirigentes».

«É neste «estreitamento de relações da base à cúpula e da cúpula à base» — afirmou o camarada Manuel Lopes — «que se encontra em simbiose perfeita o alto sentido de responsabilidade, de confidencialidade dos problemas e de capacidade de resposta e de luta» — que o Movimento Sindical Unitário — «consubstanciado na sua central, a CGTP-IL», tem manifestado e «continuará a manifestar, na defesa dos direitos e na promoção de interesse dos trabalhadores portugueses».

# MELHORAR A ORGANIZAÇÃO INCREMENTAR A ACTIVIDADE

«Não há acção sindical se não houver meios humanos, materiais e financeiros adequados» — advertiu o camarada José Luis Judas, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, ao intervir, nos trabalhos da 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, sobre o tema «organização e interna e funcionamento das associações sindicais».

Apesar da importância das questões relacionadas com este tema, ele «não mereceu dos activistas e dirigentes sindi a atenção que a sua relevância justifica» — afirmou o camarada José Judas, na sua intervenção.

Com base nos resultados do trabalho desenvolvido por uma comissão constituída por iniciativa do Secretariado Nacional da CGTP-IN, o camarada José Luis Judas fez, para os delegados à Conferência, o balanço actual da organização interna e do funcionamento das associações sindicais.

Assim, «são raras as associações que têm serviços de apoio às tarefas de acção sindical, para além das relacionadas com o contencioso e apoio jurídico aos sócios».

No plano técnico-administrativo, «persistem as rotinas, métodos de trabalho e perspectivas de funcionamento originárias do corporativismo».

Cerca de 87 por cento das receitas do Movimento Sindi-

cal português destinam-se à situação de encargos fixos: pessoal e manutenção de instalações. Existem actualmente, no Movimento Sindical, mais de três mil funcionários que «afluem uma verba anual que excede o meio milhão de contos», ou seja, cerca de 60 por cento das receitas das associações sindicais.

A somar a tudo isto, existe um vasto património constituído por máquinas, instalações, mobiliário, material de expedição e outro, cujo aproveitamento, por vezes, «é ineficaz ou sub-aproveitado». «Importa, pois, com toda a urgência, combater estas deficiências de base», sem o que «não é possível criar serviços técnico-administrativos concebidos como auxiliares e de

apoio às frentes de luta que se colocam ao Movimento Sindical» — advertiu o camarada José Luis Judas.

Entre as tarefas que se torna necessário levar à prática, é urgente lançar uma «grande campanha de sindicalização» e promoverem-se «mecanismos eficazes de controlo das cobranças da quotização».

Por outro lado — acrescentou o camarada — «deve iniciar-se desde já um debate acerca do valor da participação dos sindicatos para as estruturas intermédias e superiores do Movimento Sindi-

cal», ou seja, para as Unições, Federações e Confederação.

A este propósito, o camarada José Luis Judas lembrou que, enquanto a CGTP-IN conta apenas com um total anual de receitas de quotização de cerca de 30 mil contos (metade dos quais são utilizados para financiar a actividade de todas as Unições existentes no País), um sindicato de âmbito distrital e sectorial chega a ter um orçamento de 71 mil contos, uma União Distrital tem-no de 1500 contos e uma Federação de âmbito nacional de cerca de 12 mil contos.

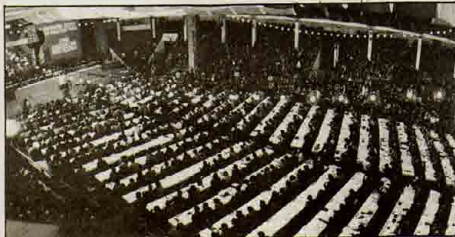
Isto equivale a dizer — afirmou o camarada José Luis Judas que «quase todos os Sindicatos com mais de 15 mil associados possuem receitas superiores à própria Confederação», pelo que «no próximo Congresso devemos encetar a possibilidade de rever a actual percentagem de quotização para a CGTP-IN».

O camarada José Luis Judas defendeu em seguida a urgência de os Sindicatos promoverem a poupança necessária a um maior incremento de actividades e tarefas até aqui desenvolvidas», designadamente as actividades desportivas, culturais e recreativas.

Finalmente, lembrou que está em curso a Campanha de Fundos da CGTP-IN para a criação da Escola Sindical.

«Exortamos todos os confederacionistas aqui presentes» — afirmou — «para redobramos os seus esforços no sentido de aproveitarmos, com entusiasmo e imaginação, os dois meses que faltam para o encerramento da campanha, a fim de alcançarmos e ultrapassarmos a meta que foi fixada».

«Não se trata só de uma batalha financeira» — concluiu. «É sobretudo uma batalha política que demonstrará a ligação e o apoio que a CGTP-IN merece dos trabalhadores. Estamos certos de que a iremos ganhar».





Alice Rocha, responsável pelo Departamento de Mulheres de CGTP-IN

## CHAMAR AOS SINDICATOS AS MULHERES E OS JOVENS

O papel das mulheres, dos jovens e dos reformados na actividade do Movimento Sindical foi o tema de dez importantes intervenções, durante a Conferência. Mais 27 delegados se inscreveram para falar sobre ele, mas a exiguidade de tempo não permitiu que as suas intervenções se concretizassem.

Coube à camarada Alice Rocha, secretária nacional da CGTP-IN e responsável pelo departamento de Mulheres da Confederação, introduzir a discussão do tema sobre as «zonas específicas» da actuação do Movimento Sindical.

O Movimento Sindical Unitário — começou por afirmar a camarada — «não diferencia os trabalhadores em função do seu sexo nem os discrimina em função dos seus grupos étnicos». Mas — acrescentou — «tem em conta as características específicas de cada um».

As mulheres trabalhadoras constituem uma camada importante do conjunto dos trabalhadores portugueses, que tem problemas específicos e dificuldades próprias. Por circunstâncias de todos conhecidos a que não é estranho o facto de só muito recentemente terem ocupado o seu lugar na produção, as mulheres, no passado, estiveram domasadamente alienadas da vida das suas organizações de classe.

«Mas a mulher de hoje nada tem a ver com a mulher do passado» — defendeu a camarada Alice Rocha. «A sua experiência no trabalho — acrescentou — «leva a compreender melhor o seu papel na sociedade e a concluir que a liberdade sindical, a democracia, a justiça social e a paz só serão conquistadas e defendidas pela luta geral de todos os trabalhadores, independentemente de serem homens ou mulheres».

A camarada Alice Rocha lembrou seguidamente, a realização recente da 1.ª Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora, que considerou um «ponto alto da ampla participação da mulher

na vida sindical» e que «contribuiu para o debate conjunto dos seus problemas específicos».

O Apelo e a Carta Reivindicativa aprovadas naquela Conferência — afirmou a camarada Alice Rocha — constituem «um importante instrumento de trabalho para o Movimento Sindical», que lhe permite dar «uma nova dimensão à sua actividade junto das mulheres e à organização destas nos sindicatos».

A camarada Alice Rocha defendeu depois «a criação de departamentos de mulheres, ao nível de toda a estrutura sindical», já perspectivada então. Mas — acrescentou — «à criação dos departamentos o seu funcionamento não pode ser dada uma imagem caritativa ou de benefício de uma categoria particular de trabalhadores, mas antes a imagem correcta de pólos de acção de onde saia a motivação da mulher para a participação como activista sindical e como elemento dinâmico na transformação da realidade politico-sindical».

### A juventude

Outra frente importante da organização é da acção específica do Movimento Sindical Unitário e a juventude que constitui cerca de 30% da força de trabalho. Porquê tem problemas próprios, o anquadramento da juventude no Movimento Sindical deve

revestir-se também de formas específicas.

Em nome do Secretariado Nacional da CGTP-IN, a camarada Alice Rocha defendeu que a acção de todo o Movimento Sindical, no que diz respeito à juventude, «deverá ser intensificado no plano sectorial e regional, em torno



de duas questões fundamentais: a luta contra o desemprego e os despedimentos e o aumento da sindicalização dos jovens».

Relativamente ao desemprego, disse «devem ser consideradas todas as formas possíveis deste flagelo». Quanto à sindicalização, «impõe-se desde já o lançamento de múltiplas iniciativas com vista à sindicalização de grandes camadas de jovens».

### Os reformados

Finalmente, a camarada Alice Rocha, referiu-se à actividade do Movimento Sindical relativamente aos retor-

mados, pensionistas e idosos. «Cada trabalhador, seja homem ou mulher, ao deixar o seu posto de trabalho por ter atingido o limite regulamentar de idade ou por invalidez — afirmou a camarada — não pode ser banido nem marginalizado da sociedade que todos queremos construir, uma sociedade mais justa e melhor, onde as mulheres, os jovens, os reformados, pensionistas e idosos, em conjunto com os restantes trabalhadores, tenham o seu justo lugar e a sua efectiva participação.»

Foi com este espírito que se constituiu o Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), lembrou a camarada Alice Rocha.

A criação deste movimento

— acrescentou — «foi resultado de um árduo trabalho destes trabalhadores, com a cooperação e apoio da CGTP-IN».

«A degradação do poder de compra de todos os trabalhadores e com especial incidência no que toca a este sector social — concluiu — leva-nos a que apelamos a todas as associações, sindicatos, uniões e federações para que dispensem o máximo do seu apoio ao desenvolvimento do MURPI, para levarem por diante a defesa os seus interesses e conquistarem as condições de uma velhice mais digna e mais humana a que os trabalhadores têm direito.»

# O TRABALHO VA CONTINUAR

Qual é a aplicação prática e imediata das conclusões da Conferência, nas diversas estruturas do Movimento Sindical, nas diferentes zonas geográficas do País e nos vários sectores de actividade?

Estas são perguntas que podem surgir, agora que está terminada uma importante fase da Conferência. Elas equivalem, afinal, a perguntar: o que é que vai mudar, no panorama da nossa organização sindical?

A resposta a estas questões, conhecem-na centenas de milhares de trabalhadores, tantos quantos participaram activamente na preparação desta importante iniciativa da CGTP-IR.

A Conferência Nacional de Organização Sindical, com efeito, não acabou ainda. Pelo contrário, iniciada há já quase cinco meses, ela vai prolongar-se, no trabalho diário e constante dos activistas sindicais.

Isto mesmo se pode concluir da importante resolução aprovada no final dos trabalhos, que transcorem na íntegra nas páginas IV e V deste caderno especial. A «Alavanca» confirmou-o, ouvindo delegados à Conferência que representam diferentes estruturas do Movimento Sindical e sectores de actividade, vindos de diferentes zonas do País.

Das respostas uma certeza nos fica: a Conferência está longe de ter terminado. Ela vai continuar!



«A Conferência é muito importante para nós, Sindicatos agrícolas» — começou por afirmar Carlos Fadista, do secretariado provincial da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul o delegado à Conferência.

«Os trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo têm grandes tradições de luta, combateram decididamente o fascismo, lutando por melhores condições de trabalho nos campos, têm espírito organizativo, mas não têm uma grande experiência de trabalho sindical» — acrescentou.

«Os nossos Sindicatos são muito novos, formaram-se

## Temos ainda muito que fazer

depois do 25 de Abril, porque o fascismo impediu a criação de associações de classe no nosso sector. A Federação é ainda mais recente e só agora, em Março, vai ter o seu secretariado definitivo eleito».

Mas a juventude dos Sindicatos não é factor único para as deficiências do trabalho sindical, nos campos do Sul do País. «Os trabalhadores agrícolas do Sul» — diz Carlos Fadista — «empenharam-se, a partir de 1974, na construção daquilo que ainda hoje é uma das maiores, sendo a maior conquista da nossa Revolução. Primeiro, foi necessária uma grande mobilização para o movimento de ocupação de terras, depois, foi preciso trabalhar essas terras que antes estavam abandonadas; finalmente, e até hoje, têm-se sucedido os ataques e as provocações do Governo e dos grandes agrários, e o trabalho fundamental tem sido o de, ao mesmo tempo, que se enfrenta o trabalho da terra (que produz hoje muito mais que produzia no tempo do fascismo), defender a Reforma Agrária».

«Além disto tudo» — prossegue Carlos Fadista — «não lu-

tamos com uma grande falta de quadros, porque temos muitas frentes de trabalho. Temos de nos dividir pelo trabalho nos Sindicatos e pelo trabalho dentro das unidades colectivas de produção e cooperativas, que são inteiramente dirigidas por nós».

Tantais solicitações e carências devem, inevitavelmente, as suas marcas. «Temos a consciência de que o trabalho sindical não tem sido garantido como devia» — afirma ainda Carlos Fadista. «Por isso é agora um dos trabalhos prioritários, na zona da Reforma Agrária: temos que formar mais quadros sindicais, e eleger delegados sindicais, reforçar a organização dos Sindicatos e da Federação».

«Por todas estas razões» — conclui — «o debate que se fez à volta da Conferência e as conclusões que aprovámos são muito importantes para nós».

E em jeito de despedida: «Esta é, ver, camarada, a Conferência não acaba aqui. Temos ainda muito que fazer, quando voltarmos para os nossos Sindicatos...»

## Levar à prática as conclusões da Conferência

«Foi bastante vasta a área abrangida pela preparação da Conferência Nacional de Organização Sindical. Praticamente cobrimos todas as zonas do distrito» — declarou à «Alavanca» a delegada do Sindicato das Lançadeiras da Guarda, Maria do Céu Jesus.

«O nosso distrito — prosseguiu — encontra-se a braços com carências de quadros e de militantes sindicais. Também por essa razão, tanto os dirigentes como os delegados sindicais sentem profundamente a necessidade de reestruturar a organização sindical e de abandonar uma certa perspectiva chauvinista, por forma a dar a conhecer a todos os trabalhadores, dirigentes e delegados inclusive, toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário, sobretudo a nível da organização».

Assim, e porque a luta que o sector têxtil tem vindo a levar a cabo, com vista à obtenção do contrato colectivo de trabalho vertical concluído com a preparação da Conferência, foram muitos os plênários e assem-





bleias gerais, onde este tema foi amplamente discutido e analisado pelos trabalhadores locais.

Na perspectiva de Maria do Céu, «esta Conferência foi, realmente, um grande trabalho no plano organizativo, onde se discutiu e, ao mesmo tempo, se fez um levantamento da organização sindical do nosso país. Com mais esta importante iniciativa do Movimento Sindical Unitário deu-se um passo importante no reforço da unidade, aprofundou-se a democracia e definiram-se as tarefas fundamentais, há muito apontadas pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

Aquele dirigente têxtil considerou, também, que «a Conferência constituiu um inegável contributo para a organização sindical em Portugal e para a actuação futura dos pequenos sindicatos do interior do país».

«E acrescentou: «as conclusões da Conferência não se podem dissociar da campanha de fundos para a criação da escola de quadros. Precisamos de preparar militantes sindicais e, por isso, todos temos de ajudar a criar a escola. No campo da organização, as conclusões apontam para tarefas bem delimitadas. Há, pois que as pôr em prática. Isso é possível e será feito».

«A união dos Sindicatos de Viana do Castelo, à semelhança de todas as estruturas do Movimento Sindical Unitário, empenhou-se profundamente na preparação desta Conferência», declarou João Baptista Gonçalves, dirigente daquela organização.

Quanto ao desenrolar dos trabalhos da Conferência, João Gonçalves salientou a «participação activa dos Sindicatos e, portanto, o enriquecimento dos vários temas abordados nas intervenções».

O representante da US de Viana do Castelo pronunciou-se ainda sobre as conclusões da Conferência: «Antes de responder objectivamente a essa questão, que-

## Os trabalhadores dos Açores saberão reforçar a sua organização



O reforço da organização sindical é uma necessidade das mais sentidas pelos trabalhadores dos Açores.

No ex-distrito de Angra do Heroísmo, por exemplo, muito esforço tem sido aplicado nesta tarefa, mas, mesmo assim, são ainda grandes as subsistências.

A delegação à Conferência do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras deu-nos conta de algumas das dificuldades.

«Em 25 de Abril de 1974», afirma-nos José Manuel, dirigente do Sindicato e delegado à Conferência — «os trabalhadores das indústrias transformadoras estavam dispersos por numerosos sindicatos,

todos eles debatendo-se com fracas possibilidades de intervenção».

Hoje, diz-nos José Manuel, «temos um Sindicato mais forte e mais operativo, temos uma muito maior capacidade de intervenção e começamos a sentir os frutos desta nova situação».

«Santámos ainda grandes dificuldades», declara Adelmiro de Jesus, outro dos delegados à Conferência pelo Sindicato das Indústrias Transformadoras de Angra — «principalmente em consequência da falta de quadros e da debilidade da organização interna do Sindicato».

Mas há outros factores que pesam. «Nos Açores, nós

temos de lutar contra dois governos: o Governo da República e o Governo Regional, intimamente ligados aos grandes senhores da região e ao imperialismo». E agora Natal Henrique quem nos dá conta das dificuldades. «Ainda recentemente» — acrescenta — «vimos um processo de luta bastante difícil, para a revisão das condições de trabalho do pessoal ao serviço da base militar».

«O trabalho sindical nos Açores, está intimamente ligado com a luta de todos os trabalhadores e do povo açoriano em geral pela garantia das liberdades e direitos democráticos, com a grande batalha contra o obscurantismo, o caciquismo e o separatismo e com a luta pela democracia e pela independência nacional», declara, de novo, José Manuel.

«As conclusões da Conferência e o próprio debate que ela tornou possível são de grande importância para nós, vão ter aplicação prática e darão os seus frutos» — garante — «Os trabalhadores dos Açores, estamos certos, conseguirão, com os trabalhadores do continente, lutar vitorosamente pelos seus interesses, sabendo reforçar a sua organização e, não temos dúvidas, constituirão um país novo, mais justo e mais fraterno, o Portugal do futuro por que todos lutamos».

## A Conferência prolonga-se no futuro

ria referir que o distrito de Viana do Castelo tem condições bem específicas. Por outro lado, é de salientar que os operários, nos seus tempos de ócio, se dedicam à pequena agricultura, com os inconvenientes que isso traz para a actividade sindical. Por outro lado, se o trabalho sindical é mais produtivo no concelho de Viana do Castelo, o mesmo já não acontece noutros concelhos».

De facto, se exceptuarmos Valença, que conta com uma empresa que emprega cerca de 100 trabalhadores, os restantes concelhos daquele distrito norteiro caracterizam-se pela existência da pequena empresa, o que dificulta, natu-



ralmente, a actividade sindical. Há, ainda, que tomar em linha de conta as carencias materiais e humanas existentes no Movimento Sindical.

Mesmo assim a partir das conclusões desta Conferência (que prevê a criação de Unões locais e o aumento do número de delegados sindicais), e como realçou o nosso entrevistado, «a União fará todos os esforços no sentido de reorganizar os Sindicatos — que já estão ganhos para esta tarefa — tornando mais leve, onde isso for possível, a burocracia sindical com vista a responder cabalmente a estes problemas pontuais».

«Está, nas mãos dos activistas sindicais levar à prática as conclusões da Conferência», concluiu. «Ela não termina logo. Prolonga-se no futuro na prática quotidiana».

(cont. na pág. xv)

# UM DEBATE DEMOCRÁTICO

O relatório da comissão nacional organizadora (CNO), apresentado aos delegados no início dos trabalhos pelo camarada João Pacheco, constitui, só por si, um testemunho inequívoco da ampla discussão que precedeu a reunião dos delegados, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, e da real democracia de tal debate.

Nos trabalhos da Conferência participaram 1054 delegados, representantes de cerca de 1 800 000 trabalhadores.

Dos delegados, 915 foram eleitos directamente pelos trabalhadores e, por tal motivo, tiveram direito a voto. Representavam, no total, 244 Sindicatos, de todos os sectores de actividades e regiões do país.

Os restantes delegados, 139, participaram nos debates em nome de 15 Federações, 18 União distritais e 17 União locais de Sindicatos mas, porque não eram representantes directos dos trabalhadores, não tiveram direito a voto.

Quanto aos convidados, eles eram, na totalidade, dirigentes ou delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, activistas sindicais ou representantes de organizações de reformados.

A Conferência foi preparada por uma comissão nacional eleita no Plenário de Sindicatos da CGTP-IN de 23 de Setembro de 1978, que também aprovou o respectivo regulamento.

Integrada e apoiada pelo Secretariado Nacional da CGTP-IN, a CNO, que se mantém ainda em funções, é constituída por representantes de diversas estruturas sindicais, filiadas ou não na Confederação.

Designadamente, constituem a CNO as Federações dos Sindicatos da Construção Civil e Madeiras; Metalúrgicos; Indústria Hoteleira; Comércio; Têxteis, Lanifícios e Vestuário; Agrícolas do Sul; Celulose; Papel, Gráfico e Cartão; Mar; e Rodoviária.

nas; e as União de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal, Beja, Coimbra e Faro (distritais) e a União Local de Torres Novas.

A CNO é ainda constituída pelos Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Local (STAL); Comércio de Lisboa; Correios e Telecomunicações (SNTCT); Serviço Doméstico; Enfermeiros da zona Sul; Escritórios e Caixa-xeiros do distrito do Funchal; Função Pública do Norte; Trabalhadores da Indústria de Bebidas; Portaria, Vigilância e Limpeza; Professores da Grande Lisboa; e Químicos do Norte.

Tal composição reflecte, em si mesma, «o objectivo de discutir, profundamente, em toda a dimensão da estrutura do Movimento Sindical, os problemas da sua organização» — afirmava a CNO, no relatório.



## Um trabalho democrático

Como a CNO também afirmava, no seu relatório, os documentos-base da Conferência foram colocados à apreciação e discussão de todos os trabalhadores e das suas associações sindicais, no período compreendido entre 20 de Novembro de 1978 e 20 de Janeiro último.



Sobre aqueles documentos, os trabalhadores forneceram numerosas sugestões, rectificações, propostas de emenda e alternativas que «muito contribuíram para a elaboração das propostas-síntese» — apresentadas aos delegados à Conferência.

A CNO distribuiu até 3 de Fevereiro, por todos os Sindicatos, não só as propostas-síntese por ela elaboradas, mas também todas as propostas que lhe foram enviadas em forma de alternativa.

Ascendeu a mais de 612 mil o número de trabalhadores que participaram directamente na discussão dos documentos preparatórios da Conferência. Tal participação — que a CNO estimou por defeito — foi possível graças à realização de 2 434 plenários de empresa, 140 plenários de dirigentes sindicais, e 281 plenários de delegados e en-

contros distritais. Só nestes últimos participaram mais de três mil quadros.

## Eclarecimento e mobilização

Um intenso trabalho de esclarecimento e dinamização sensibilizou e mobilizou os trabalhadores portugueses para participarem na prepara-

ção da Conferência e contribuírem para o aprofundamento da discussão travada a nível nacional.

A CNO distribuiu 50 mil documentos-base e 550 mil documentos-síntese dos documentos-base; dez mil propostas-síntese; 125 mil cartazes; 750 mil auto-colantes; e 750 mil ilustrações em banda desenhada sobre os principais temas da Conferência.

Todo este trabalho de agitação permitiu a ampla participação na discussão que antecedeu a Conferência propriamente dita. Em consequência desta participação, a CNO recebeu 155 respostas ao inquérito sobre o ponto da situação da organização dos Sindicatos e 2 240 ao inquérito sobre a organização sindical nas empresas.

«O número de reuniões realizadas, de trabalhadores

que nelas participaram, de documentos distribuídos, bem como a forma que presidiu a toda esta preparação. — afirma a CNO, no relatório — «revela o carácter aberto da Conferência, que só inere no esforço permanente que preside a todas as realizações do Movimento Sindical, e a participação activa dos trabalhadores, em condições de plena democracia».

As soluções e as medidas para a reestruturação sindical — adiantava ainda a CNO — não podem ser encontradas fora do debate colectivo dos trabalhadores e activistas sindicais». São estes que «têm de contribuir para a definição das linhas de orientação e das medidas concretas que a actual situação impõe e não os dirigentes partidários, em encontros de gabinete nas costas dos trabalhadores, «servindo os interesses do grande patronato, em negociações ditadas pelo imperialismo».

«Ao promovermos este debate, ao fazermos o levantamento dos problemas existentes, ao apontarmos medidas tendentes à melhoria das nossas organizações sindicais», — advertia a CNO — «devemos todos fazê-lo com confiança, firmeza e determinação, pois se somos capazes de reconhecer as insuficiências, também sabemos encontrar as soluções necessárias à sua correcção, discussões e aplicá-las».

Desse modo, a Conferência é «uma grande prova da capacidade criadora, do espírito de militância e da organização dos trabalhadores», — concluiu a CNO.

## Reforçar a organização

O crescimento do Movimento Sindical, desde o Congresso, foi um dos factores mais importantes que justificaram a necessidade da realização da Conferência.

De facto — afirmava a CNO, no relatório — o Movimento Sindical conheceu um «crescimento considerável».

Assiste-se — afirmava a CNO — a uma «cada vez maior participação dos trabalhadores, tanto nas eleições sindicais, como na actividade a

nível de empresa» e ainda, «de maneira espectacular, em todas as acções de massas realizadas».

A Conferência veio assim corresponder à necessidade de «organizar e defender a capacidade de luta e a força dos trabalhadores portugueses para as tarefas imediatas que se põem à sua organização de classe», nomeadamente no que diz respeito à «melhoria das suas condições de vida e de trabalho».

Não obstante, é ainda necessário «um maior reforço da organização e desenvolvimento da capacidade de resposta às questões mais gerais dos trabalhadores e do povo português», que são «a defesa do regime democrático, a consolidação das alterações económicas, sociais e políticas produzidas pela Revolução de Abril e a transformação de Portugal numa sociedade onde não caiba a exploração do homem pelo homem, de acordo com o projecto consagrado na Constituição da República Portuguesa».

Não sendo a Conferência um órgão da estrutura sindical — esclarece a CNO — as suas deliberações — constituirão, contudo, orientações a serem seguidas pelo Movimento Sindical», pelo que o próximo Congresso dos Sindicatos, anunciado, no encerramento da Conferência, para se realizar em Janeiro próximo, deverá debrugar-se sobre «as formas e efeitos» da sua aplicação.

É neste sentido que é importante que, desde já, «identifiquemos as principais frentes de trabalho, que já foram pontos altos na preparação da Conferência» — advertia a CNO, apontando, nomeadamente, tarefas como a verticalização sindical, a organização sindical na empresa e o reforço do papel dos delegados sindicais.

A grande participação dos trabalhadores na preparação da Conferência e a democraticidade em todos os seus actos — concluiu a CNO — foram «a expressão e contributo para a unidade e êxito da Conferência Nacional de Organização Sindical, a qual assegurará mais uma grande vitória dos trabalhadores portugueses na realização do seu próximo Congresso».

## A organização é a resposta aos problemas do dia-a-dia

(continuação de pag. XIII)

Sempre que a delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Hoteleria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira fez ouvir a sua voz no voto, ao longo dos trabalhos da Conferência, não o fez segundo a vontade pessoal dos seus membros. Fô-lo, naturalmente, tendo em conta as intervenções das restantes delegações mas, fundamentalmente, baseada nas opiniões expressas pelos trabalhadores que directamente representava.

«Nós preparámos intensa-



mente a nossa participação na Conferência — disse à «Alavanca» Manuel Martinho Mendonça, dirigente do Sindicato e delegado à Conferência.

A preocupação fundamental, acrescentou, foi «trazer a Conferência para a rua, ganhar os amplos massas para a discussão das questões importantes da organização sindical».

A importância da contribuição do Sindicato da Hoteleria na preparação da Conferência, na Madeira, superou, em muito, o âmbito restrito do sector.

«Nós somos um sindicato de serviços, mas temos um peso muito grande, na região. Na Madeira, a bem dizer, não há uma classe operária. As forças produtivas estão muito pouco desenvolvidas os, operários são poucos e estão muito dispersos. Mas nós, hotelaria e turismo, somos um sector fundamental, quer pelo número de trabalhadores e pela

dimensão de muitas empresas, quer também pelo peso que temos na economia da região. Por isso se justifica a importância que tem o nosso trabalho, dentro do Movimento Sindical Unitário e na nossa região» — afirmou.

«A nossa preocupação — acrescentou — foi não desligar as questões da organização dos problemas concretos com que os trabalhadores se debatem, no dia a dia. Pelo contrário, relacionámos sempre a organização dos trabalhadores nos seus sindicatos com os problemas da contratação colectiva, o emprego e a segurança no trabalho, a segurança social».

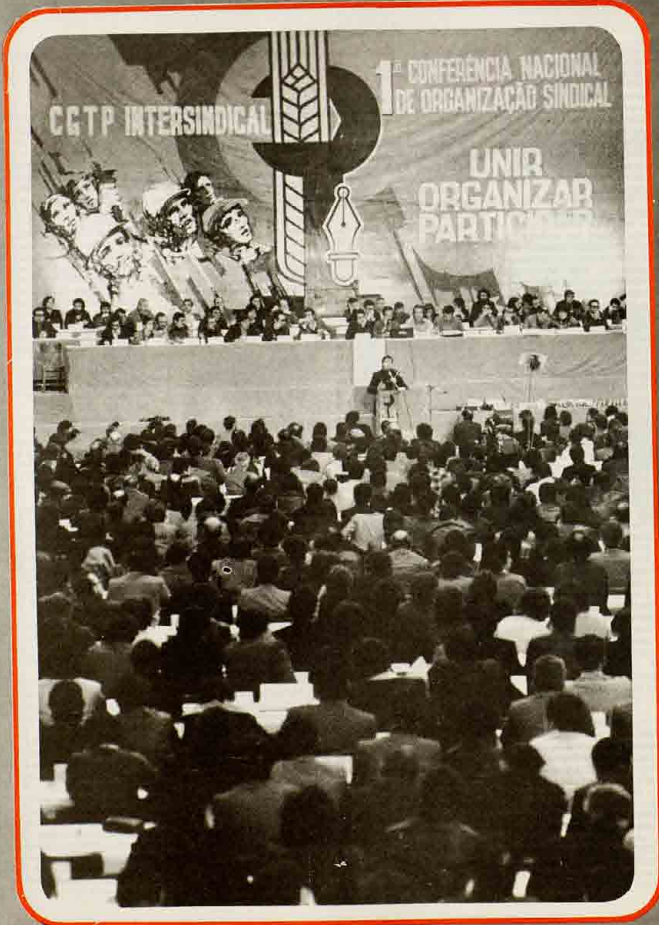
A partida, o Sindicato da Hoteleria do Funchal estava em boas condições para desenvolver este trabalho.

«Nós temos já uma estrutura organizativa, no nosso Sindicato, bastante avançada. Muitas das soluções para que a Conferência apontou estão já em prática, no nosso Sindicato, e têm provedo ser correctas e eficazes».

Actualmente, o Sindicato tem, em vez dos órgãos confrontos nas associações sindicais, um secretariado (órgão executivo) e que preside às assembleias (conselhos sindicais) e a assembleia de delegados sindicais, «órgão de consulta obrigatória do secretariado».

Apesar desta organização avançada, «a nossa participação na Conferência tem grande utilidade», — comenta Manuel Mendonça — «da mesma maneira que foi também muito importante termos participado muito activamente no Congresso da nossa Federação».

Estas duas iniciativas — concluiu o dirigente sindical madeirense — «permittiram-nos maior debate e um estudo ainda mais profundo dos problemas e definir as linhas de actuação que, devidamente adaptadas às nossas condições, na Madeira, nos ajudarão a melhor conseguirmos levar por diante todas as tarefas e alcançar os nossos objectivos, na defesa dos trabalhadores e da democracia».



EM  
RE

men  
buç  
nov  
sale  
ginc  
de a

a ce  
sem  
soc  
um  
dis  
por

